



Indicadores de Belo Monte

TI Trincheira Bacajá

Alterações no regimento interno

Situação em setembro de 2015

Em reunião de criação do CGI, novembro de 2012, foi aprovado o Regimento Interno. O Comitê Gestor Indígena para as ações referentes aos programas de compensação da UHE Belo Monte foi constituído entre Norte Energia, a Fundação Nacional do Índio, Funai, e as comunidades das Terras Indígenas (TI) e as associações dos indígenas que não moram nas Tis. Cada representação consiste em um membro titular e um suplente. Por sua vez as diferentes aldeias dentro das Terras Indígenas indicam titular e suplente. As representações foram distribuídos originalmente assim:

Funai (2 representantes), Norte Energia (2 representantes); TI Koatinemo (4 representantes); TI Araweté (12 representantes); TI Apyterewa (8 representantes); TI Arara (6 representantes); TI Cachoeira Seca (4 representantes); TI Xipaya (4 representantes); TI Kuruaya (6 representantes); TI Trincheira Bacajá (16 representantes); TI Arara da Volta Grande (4 representantes); TI Paquiçamba (6 representantes); TI Kararaô (2 representantes); AI Juruna do km 17 (2 representantes); Associação Kirinapân (2 representantes); Associação AIMA (2 representantes); Associação Inkuri (2 representantes). Posteriormente foi aprovado em plenária o ingresso de representantes de novas aldeias conforme foi solicitado. O regimento interno, contudo, proíbe o ingresso de novas associações.

Em duas Reuniões Extraordinárias, março e dezembro de 2014, foi colocado em pauta para votação a alteração do regimento interno para permitir o ingresso formal de associações representantes de "indígenas não aldeados" ou "indígenas ribeirinhos" como membros do CGI, não alcançando votação suficiente (maioria absoluta). No entanto sempre acompanham as reuniões como convidados.

Reunião Extraordinária, março de 2014, foi determinada a criação de 7 subcomitês locais de acompanhamento aos programas do PBA-CI. São estes:

Subcomitê de indígenas citadinos e ribeirinhos
Subcomitê Araweté do Igarapé Ipixuna
Subcomitê da Terra Indígena Arara do Laranjal
Subcomitê da Terra Indígena Cachoeira Seca
Subcomitê da Terra Indígena Kararaô
Subcomitê da Terra Indígena Trincheira Bacajá
Subcomitê da Volta Grande do Xingu

A periodicidade de reuniões ordinárias dos subcomitês é de 2 vezes por ano, e a periodicidade de reuniões ordinárias do CGI que inicialmente era de 3 foi alterada para 2 vezes por ano.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê Gestor Indígena (CGI)

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Regimento interno do CGI

Palavras-chave: TI Apyterewa, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Arara, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve as características centrais do regimento interno e as suas alterações

Como coletar:

Entrar em contato com o Secretário do CGI, Funai em Altamira, Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas e empresas executoras do PBA-CI (em especial do programa de Fortalecimento Institucional) para verificar eventuais alterações do regimento interno

Justificativa:

Conforme o disposto no PBA-CI, "considerando que ainda não existe nenhuma estrutura de governança (organização, associação ou conselho) que envolva todos os povos do Médio Xingu, o ideal é que seja institucionalizado pelo PMX um "Comitê Indígena" que seria o responsável pela participação oficial dos povos indígenas no Conselho Deliberativo do PMX e pelo acompanhamento da execução do Programa, participando em reuniões, planejamentos e outros de seus eventos gerais" (p.81). É importante acompanhar, por meio do regimento interno, como se estabelece e transforma esse espaço de participação.



Reuniões Realizadas (ordinárias e extraordinárias)

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê Gestor Indígena (CGI)

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Regimento interno do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Arara, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica ilustra a periodicidade de reuniões realizadas no âmbito do CGI e subcomitês

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Por regimento interno, a periodicidade de reuniões ordinárias do Comitê Gestor Indígena (CGI) e de cada um dos 7 subcomitês locais é de 2 vezes por ano. As reuniões ordinárias e extraordinárias permitem acompanhar a implementação e execução dos Programas do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), monitorar sistematicamente as atividades implementadas e possibilitar avaliação dos resultados alcançados em cada programa e onde se discute o que foi feito, o que precisa ser reforçado, o que precisa ser melhorado e como melhorar.

Temas relativos às ações de programas do PBA-CI, por reunião

Tema: Programa de Gestão do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
Reunião de criação do CGI, 30/10/2012 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012 (tema não tratado na reunião)	
<p style="text-align: center;">2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</p> <p>Discussão sobre a minuta do termo de compromisso entre Funai e Norte Energia. Foi levantada a questão sobre o poder deliberativo do CGI e uma demanda para que aplicação de multas por descumprimento de condicionantes sejam revertidas em indenizações aos indígenas. A Funai esclarece que há normas externas do licenciamento que não podem ser alteradas, que as multas do Ibama tem as suas próprias regras e seguem a legislação; e diz que o poder deliberativo do comitê é com relação a ajustes na execução dos programas sem suprimir ou incluir outros. NE e Funai esclarecem que trata-se de acompanhar e monitorar a execução de programas do CGI, não de discutir assuntos comerciais da contratação de empresas. Há também, por parte dos indígenas, uma demanda de esclarecimento sobre o funcionamento dos 11 programas do PBA-CI</p>	<p>Foram acrescentadas pequenas alterações na minuta de Termo de Compromisso (TC) entre Norte Energia (NE) e Funai. O TC passará por análise dos departamentos jurídicos da NE e Funai. Os indígenas só assinarão após conferir o documento final.</p> <p>Marcada reunião extraordinária para discussão do regimento interno.</p>
<p style="text-align: center;">1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014</p> <p>Discussão em torno ao poder deliberativo do CGI com relação ao texto aprovado no regimento interno acrescentando que o acompanhamento às ações do PBA-CI envolve "acompanhar, deliberar, discutir a aprovação dos planos de trabalho dos programas". Funai observa que inchaço de Comitê e desproporção com relação ao número de representantes da Funai e NE não condiz com formato deliberativo. Demanda por ingresso de novas aldeias e associações. Discussão sobre criação de subcomitês, representatividade e articulação de demandas e encaminhamentos com relação ao CGI.</p>	<p>Entrada de novas associações não aprovada, por votação.</p> <p>Aprovada alteração de periodicidade do CGI e a criação de 9 subcomitês.</p>

Tema: Programa de Gestão do PBA-CI

Situação em Setembro de 2015

Discussão	Encaminhamentos
<p>3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</p> <p>Apresentado e aprovado pelos indígenas o Termo de Compromisso Funai-NE. Prestados esclarecimentos sobre o funcionamento da Superintendência de Assuntos Indígenas da Norte Energia. Discussão sobre o controle social que pode ser exercido pelo CGI. NE responde que é sujeita ao controle do Ibama, Ministério Público e ANEEL. Controle dos programas do PBA-CI pelo CGI deve ser em termos da efetividade dos programas e não em termos financeiro contábeis. Demanda por estrutura para apoiar a Secretaria do CGI. Demanda por inclusão de novas aldeias e associações no CGI.</p>	<p>Recomendação para que Procuradores da Funai acompanhem reuniões do CGI e para que a Funai acompanhe mais as atividades de campo do PBA-CI.</p> <p>Aprovada recomendação para que as decisões da Funai referentes ao licenciamento sejam informadas e tomadas em conjunto com as lideranças indígenas no CGI.</p> <p>Os membros do CGI definem que a pauta de revisão do andamento do Programa de Atividades Produtivas seja tratada no espaço dos diferentes subcomitês.</p> <p>Solicitação do CGI para Norte Energia para que o Programa de Gestão garanta logística dos subcomitês.</p> <p>Marcada Reunião Ordinária para discutir regimento interno</p>
<p>2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014</p> <p>Solicitação de ingresso de novas associações no comitê, por meio da alteração do regimento, não foi aprovada na votação dos membros.</p>	<p>Ribeirinhos irão procurar representação pelo MPF</p>
<p>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</p> <p>Reclamações dos indígenas sobre a logística para ir às reuniões, por não discutirem as atas no final das reuniões e pela demora em recebe-las posteriormente. As atas dos subcomitês de outubro e novembro de 2014 foram entregues aos membros. Verthic sistematizou demandas em tabela. Solicitação dos indígenas para rever o Plano Operativo e Funai concorda, pois deve-se adequar ao PBA-CI.</p> <p>Funai reforça o compromisso de submeter ao CGI o parecer para a LO em 2015.</p>	<p>Sugestão de deixar todas as atas no Centro de Comunicação para todos terem acesso. Funai sugere dinâmica de seminário participativo para embasar parecer da Funai para LO em 2015</p>
<p>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>A pauta foi a situação de descumprimento das condicionantes, atrasos e problemas com a execução do PBA-CI</p>	<p>Aprovada recomendação ao Ibama e Funai para suspender a Licença de Instalação e não autorizar a Licença de Operação. Indígenas recomendam necessidade de rever periodicamente o PBA como contemplado originalmente.</p> <p>Sugestão que o Programa de Gestão esteja com uma instituição diferente da executora dos programas.</p>

Tema: Programa de Gestão do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Empresas executoras dos Programas conforme Plano Operativo do PBA-CI encerram atividades de campo e seus contratos com a Norte Energia. Programa de Gestão é assumido diretamente pela Norte Energia.</p> <p>Apresentadas muitas manifestações de insatisfação com a execução do PBA-CI. Para alguns a recomendação de mudar de empresa promete um trabalho mais efetivo. Outros apostam que a efetividade precisa de continuidade dessas empresas.</p>	<p>Realização de reunião/GT para tratar de acesso de indígenas não aldeados aos programas do PBA-CI</p> <p>Funai pede esclarecimentos à NE sobre a paralisação do PBA-CI ao mesmo tempo em que Norte Energia está solicitando Licença de Operação para a UHE Belo Monte</p>

Tema: Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussões	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</p> <p>Novo secretário do CGI, solicita apoio e é indicado procurar coordenação do PFI.</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p>1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussões	Encaminhamentos
<p>3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</p> <p>Coordenadora do PFI apresenta programação de atividades desse programa. Há demanda por apoio na criação de associações, integração com o Programa de Atividades Produtivas, fortalecer fóruns, comitês e conselhos; apoio para as associações acompanharem reuniões do PDRSX e Câmara Técnica 6.</p>	<p>Solicitação de estrutura para apoiar os trabalhos da secretaria do CGI.</p>
<p>2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Programa de Atividades Produtivas (PAP) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussões	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Programa de Atividades Produtivas (PAP) do PBA-CI

Situação em Setembro de 2015

Discussões

Encaminhamentos

2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014

Reclamações de representantes Xikrin pela não execução do PAP nas aldeias da TI Trincheira Bacajá

(não há registro de encaminhamentos)

1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014

(tema não tratado na reunião)

3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014

Coordenadora do PAP, executado pela empresa Agrar Engetec, apresenta as ações de 2014 e próximos passos. Indígenas reclamam de má qualidade de sementes de milho, da não entrega de materiais de pesca, pelo atraso no início da execução do programa, pela falta de cumprimento de cronogramas pactuados com comunidades, pelo atraso na entrega das sementes de cacau, e a falta de projetos de geração de renda. Insatisfação também referente aos projetos de criação das galinhas. Foram relatados problemas com as casas de farinha e com ferramentas incompletas e atrasadas.

Preocupação com projetos genéricos sem contar com especificidades e demandas de cada povo.

Representante da Casa de Governo mostra preocupação sobre os pontos levantados e pede à Funai acompanhar melhor.

Funai reitera solicitação à Norte Energia sobre os projetos em execução nas aldeias.

Indígenas culpam a NE pelos atrasos.

NE pede a Agrar Engetec todos os relatórios do PAP para encaminhar à Funai.

Funai promete enviar relatório interno sobre avaliação do PAP para o CGI e tomar medidas perante o descumprimento do PBA-CI

2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014

(tema não tratado na reunião)

4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014

Representantes dos diferentes subcomitês trazem reflexões sobre a sua avaliação do PAP, especialmente que os projetos não são construídos em discussão com as comunidades, incluindo suas necessidades e demandas. Os Parakanã, Assurini e Arara, por exemplo, mencionam interesse com produtos não madeireiros e frutíferas. Já os Kuruaya e Parakanã, por exemplo, trazem a piscicultura como alternativa.

Arara questionam se a Funai avaliou o PAP. Funai responde que sim, o programa não está sendo executado como deveria, "está em sérios problemas" e foram feitas recomendações.

Funcionário da Verthic lembrou aos indígenas que no Curso sobre Gestão Territorial trabalharam um caso de comercialização que demorou 8 anos para sua implementação total, lembrando que os projetos não são de curto prazo.

(não há registro de encaminhamentos)

Tema: Programa de Atividades Produtivas (PAP) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussões	Encaminhamentos
5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015 NE informa que Agrar Engetec deixou de executar o PAP e que a própria NE está “começando a executar com umas comunidades e iniciando alternativas com outras”	Funai solicita esclarecimentos sobre o que está sendo executado e sobre a paralisação do PBA-CI tendo em vista pedido de Licença de Operação.

Tema: Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI) do PBA-CI	
Situação em 2015	
Discussão	Encaminhamentos
Reunião de criação do CGI, 30/10/2012 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012 (tema não tratado na reunião)	
2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014 (tema não tratado na reunião)	
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	

Tema: Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI) do PBA-CI	
Situação em 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</p> <p>Representantes Arara trazem reflexão do subcomitê para que o PGTI não tire pontos de GPS na aldeia Cojubin. Funcionário da Verthic responde que é apenas um exercício de etnomapeamento, como Cojubin existe aparece nos mapas.</p>	(não há registro de encaminhamentos)
<p>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Demanda por formação de “agentes indígenas ambientais” para atuar em atividades de prevenção e fiscalização uma vez que o Plano de Proteção Territorial seja implementado.</p>	Levar discussão ao Comitê Regional da Funai.

Tema: Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) do PBA-CI

Situação em Setembro de 2015

Discussão

Encaminhamentos

3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014

Consultora do PEEI, executado pela empresa Verthic, apresenta o programa. Esclarece que as ações são feitas sempre em parceria com as instituições públicas responsáveis. Diz que todas as responsabilidades são do Estado, mas deve ficar claro qual é o apoio que a Verthic pode dar. Representante da Semed diz que o número de salas está de acordo com o pactuado na reunião do Território Etnoeducacional em março de 2014 e tira dúvidas sobre os modelos das escolas nas aldeias. O Coordenador do Programa de Infraestrutura nas Aldeias, a cargo da NE diz que iniciarão a construção de escolas na VGX e TITB em outubro de 2014, nas demais aldeias as construções iniciarão no ano que vem

Consultora do PEEI sugere que o CGI encaminhe recomendações à Seduc, Semed e Dsei.

Indígenas solicitam que NE apresente cronograma de construção de escolas nas reuniões dos subcomitês.

Pedem para a Funai apresentar algum documento com o que é responsabilidade de cada órgão para não ficar confuso.

2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014

(tema não tratado na reunião)

4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014

Questionada sobre apresentação de cronograma de construções, NE informa que estão ainda elaborando os projetos executivos das escolas. Indígenas pedem que as escolas sejam estruturadas com tudo, inclusive internet. Arara da VGX solicitam que desenhos sejam conforme acordos do TEE. NE cita projetos conforme solicitado pela Semed de Senador José Porfírio.

NE sugeriu conversar com indígenas e Semed para conferir os projetos das escolas.

5ª Reunião Ordinária, 22-25/04/2015

NE é solicitada a apresentar o cronograma da construção de escolas nas aldeias. NE informa que estão ainda contratando as empresas e não informou cronograma de construções. Os indígenas mostraram-se preocupados que as construções não começarão antes do verão, e que o transporte de materiais será prejudicado pela navegabilidade do rio.

3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015

(tema não tratado na reunião)

Tema: Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
Reunião de criação do CGI, 30/10/2012 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012 (tema não tratado na reunião)	
2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014 Preocupações por não ter avanços nas construções das Unidades Básicas de Saúde Indígena, UBSI	(não há registro de encaminhamentos)
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014 Solicitação de informação sobre datas da construção de UBSI nas aldeias. Relatos de problemas nos poços de água, solicitação de maior acompanhamento pelo Dsei e Funai. Indígenas cobram providências para construção de nova Casai, citando PBA-CI. Funcionário da Verthic, empresa executora do PISI-PBA-CI, explica a divisão de tarefas entre NE e Verthic relativas às ações do PISI conforme Plano Operativo do PBA-CI e descreve as ações de assessoria e formação de AIS, AISAN, técnicos e funcionários do Dsei e trabalho junto ao Condisi. Escuta demanda de formação de técnicos indígenas de enfermagem.	CGI recomenda agilidade na assinatura do termo de compromisso entre Ministério de Saúde e Norte Energia para implementar reorganização do atendimento à saúde indígena conforme Resolução 21 do Condisi. CGI recomenda agilidade na conclusão da construção da Casai. Funai solicita à NE enviar para análise os projetos que estão sendo desenvolvidos nas aldeias.
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014 Funcionário do Condisi reclama "há dois anos esperamos construção da Casai" relata que as reivindicações das aldeias não são respeitadas. Funcionário da NE informa que estão selecionando empresas para iniciar construções na Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá	(não há registro de encaminhamentos)

Tema: Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>Demanda por conhecer o cronograma de construções de UBSI em todas as aldeias. Cobranças por definição de responsabilidades e agilidade na construção da Casai.</p> <p>Percepções: "Quando começou, disseram que íamos ter hospital separado, ingresso na universidade... fomos enganados!" "nós também somos gente, podiam nos tratar melhor. Tem muita gente sofrendo na aldeia, Altamira, Belém, por falta de atendimento" "a gente está adoecendo e a Casai está cheia. Porque não tem os postos funcionando? Está tudo piorando!"</p> <p>Indígenas e representantes da Sesai cobram da NE a construção de alojamentos para as UBSI tipo 1 e 2</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Representante da NE confirma que todos os alojamentos das UBSI serão construídos. Convocação da NE a pactuar com lideranças, AISAN, Dsei e Funai os desenhos dos banheiros.</p>	<p>NE irá incluir detalhamento dos projetos de construção de alojamentos para informar à Funai.</p> <p>NE e indígenas solicitam maior acompanhamento do Dsei na construção de infraestruturas sanitárias.</p>

Tema: Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
<p>3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</p> <p>Consultor da Verthic, empresa executora do Programa de Patrimônio Cultural, apresenta ações do programa. Há questionamentos referentes à construção do Museu do Índio. Indígenas solicitam informação detalhada de andamento de programa por aldeias. Impasse por doação de equipamentos na TI Xipaya.</p>	<p>Recomendam melhorar a informação que consultores passam em campo.</p> <p>Remarcar apresentação do programa com informação detalhada por aldeia.</p>
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
<p>4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014</p> <p>Insatisfação dos Juruna, pois curso de videoastas teve duração de 2 dias na aldeia.</p>	<p>Verthic se compromete a refazer o curso.</p>
5ª Reunião Ordinária, 22-25/04/2015 (tema não tratado na reunião)	
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Verthic encerrou atividades em junho de 2015. Questionamentos dos Arara da Cachoeira Seca, Xipaya e Araweté sobre programação de intercâmbios culturais. Representante de associação de indígenas ribeirinhos pede acesso a PPC. Discussão com relação aos recursos do Plano Cultural que não deviam ser contabilizados dentro do Plano Emergencial. NE informa que não há mais saldos do Plano Emergencial.</p>	<p>Solicitar à NE prestação de contas de recursos destinados a projetos culturais dentro do Plano Emergencial, por aldeia.</p>

Tema: Programa Infraestrutura nas Aldeias (PIA) do PBA-CI [1]

Situação em Setembro de 2015

Discussão

Encaminhamentos

Reunião de criação do CGI, 30/10/2012

(tema não tratado na reunião)

1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012

(tema não tratado na reunião)

2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014

(tema não tratado na reunião)

1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014

(tema não tratado na reunião)

3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014

Coordenador do Programa de Infraestrutura nas Aldeias, PIA, a cargo da NE, apresenta o programa. Diz que iniciarão a construção de escolas na VGX e TITB em outubro de 2014, nas demais aldeias as construções iniciarão no ano de 2015.

Perguntado por um representante Parakanã se as obras construídas terão manutenção, responde que a manutenção não é responsabilidade da NE. Há diversos apelos pela necessidade de pontes, poços, pistas de pouso, energia elétrica, banheiros, geradores e portos. Representante da NE alerta que a construção simultânea de obras pode encher as aldeias de trabalhadores.

Solicitação para NE apresentar cronograma das construções.

Funai solicita copias dos projetos à NE para organizar fiscalizações.

Recomendação para que os fiscais das obras informem as comunidades seguindo protocolo do Programa de Comunicação para Não Indígenas.

NE deve propor junto à Funai um curso de manutenção de motores.

2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014

(tema não tratado na reunião)

Tema: Programa Infraestrutura nas Aldeias (PIA) do PBA-CI [1]

Situação em Setembro de 2015

Discussão

Encaminhamentos

4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014

Diversas manifestações de insatisfação relacionadas às infraestruturas.

Assurini: poços atrasados e casas não correspondentes aos projetos.

Arara: cobram pista de pouso, iluminação, poços atrasados, má qualidade nas casas construídas

Subcomitê Xipayá Kuruaya: problemas com bomba de água, modelo das casas de farinha.

Subcomitê Araweté: casas com defeitos, solicitam pista de pouso (NE informa que já está contratada a empresa para executar), poço não funciona, fornos de farinha ruins.

Parakanã: problemas com rede de energia e casas novas.

Juruna: os projetos não estão sendo feitos em discussão com as comunidades.

Dsei diz não ser informado sobre problemas com poços.

NE confirma que está acertado fazer reboco interno nas casas até 1.80m.

NE enviará equipes de fiscalização nas aldeias para verificar problemas com construções.

5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015

(tema não tratado na reunião)

3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015

NE informa que estão finalizando as construções das pistas de pouso na rota Xingu. Na rota Iriri e Bacajá encontram-se em licenciamento., os projetos já foram encaminhados à Funai e estão aguardando autorização. Reclamações dos indígenas por demora pedindo construções antes do inverno. Demanda por construção e reformas de acessos terrestres na TI Trincheira Bacajá (TITB) e Arara VGX, em análise e licenciamento. Acessos à TI Arara do Laranjal dependem de projetos dentro do licenciamento da BR230, esperando DNIT. Cobram agilidade na construção de casas em aldeias de TITB e TI Xipayá

Solicitação à Funai encaminhar pedido ao MME para fornecimento de energia elétrica nas aldeias.

Criação de uma comissão para tratar assunto de royalties/indenizações aos afetados especialmente indígenas ribeirinhos

Tema: Programa de Realocação e Reassentamento (PRR) do PBA-CI

Situação em Setembro de 2015

Descrição

Encaminhamentos

Reunião de criação do CGI, 30/10/2012

(tema não tratado na reunião)

1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012

(tema não tratado na reunião)

2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014

Discussão sobre possibilidade de participação de representantes de famílias indígenas não aldeadas

Agendada reunião extraordinária para avaliar alterações ao regimento interno do CGI

1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014

Há novamente a discussão sobre a possibilidade de participação de representantes de famílias indígenas não aldeadas, no CGI. Ingresso de novas associações no CGI não é aprovado na votação.

Representante da Associação Typoremô dos índios ribeirinhos e representante da Ilha da Fazenda denunciam que estão excluídos dos programas do PBA-CI e solicita integrar o Comitê.

Representantes da Ilha da Fazenda manifestam interesse em participar do Subcomitê da Volta Grande e Representante da Associação Typoremô quer fazer parte do Subcomitê de Índios Citadinos e Ribeirinhos, recém-criado.

3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014

O assunto da execução dos programas do PBA-CI para indígenas ribeirinhos é colocado em pauta. Representante da Associação Typoremô diz que trata-se de "115 famílias cadastradas morando às margens do Xingu ate Jericua e em Ilhas. Às margens do Xingu moram 98 famílias". Pede de novo inclusão da associação no CGI para discutir "situação das pessoas que vão perder a beira do rio e Funai e NE não apresentaram nenhuma área para realocação".

Marcada reunião extraordinária para analisar formas de ingresso de novos membros ao comitê

2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014

Novas associações de indígenas não aldeados e citadinos pedem para ser incluídas no CGI. Solicitação não aprovada na votação dos membros.

(não há registro de encaminhamentos)

Tema: Programa de Realocação e Reassentamento (PRR) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Descrição	Encaminhamentos
<p>4ª Reunião Ordinária, 22/04/2015</p> <p>É trazido informe da reunião do subcomitê de indígenas citadinos e ribeirinhos: denúncias que a negociação em curso são contrária ao projeto de realocação.</p> <p>"A empresa Diagonal viola direito de reassentamento, indenizações não são suficientes, há quebras de laços de parentesco."</p> <p>Descontentamento com materiais do projeto de casas de Pedral, querem alvenaria tijolo e não concreto. Denunciam processo de negociação ruim, pedem melhor acompanhamento da Funai, dizem estar sendo massacrados pela NE e pela Diagonal.</p>	<p>Funai solicita à NE informação detalhada sobre o processo de reassentamento.</p>
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Informação que Apoena, empresa executora do programa de realocação do PBA-CI, encerrou contrato em agosto de 2015. Citando reunião de 21 de agosto com a NE, os indígenas pedem esclarecimentos sobre destinação de áreas para construção de sede de associações no RUC Pedral, e solicitam casa de apoio para famílias indígenas ribeirinhas</p>	<p>Discutir realocação e áreas para realocados junto com as associações no âmbito do GT do Pedral</p>

Tema: Programa de Supervisão Ambiental do Meio Físico e Biótico (PSA) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014</p> <p>Preocupação de representante Xikrin, pois foi dito que no Rio Bacajá não haveria impacto e os peixes estão morrendo. Funai reforça que por isso são importantes os monitoramentos.</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>

Tema: Programa de Supervisão Ambiental do Meio Físico e Biótico (PSA) do PBA-CI	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014 (tema não tratado na reunião)	
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014 Representante Juruna reclama que Leme, a empresa coordenadora dos monitoramentos do meio físico e biótico do PBA, nunca comparece ao Comitê do Trecho da Vazão Reduzida. Representante Parakanã pede acesso ao PSA devido à preocupação com a atividade pesqueira.	(não há registro de encaminhamentos)
5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015 A situação de descontinuidade nos monitoramentos na Volta Grande do Xingu foi ponto de pauta da reunião do CGI. Agrar, empresa executora do PSA, e Verthic, empresa executora do PBTI encerraram atividades de campo em junho de 2014	Funai solicita esclarecimentos à NE sobre paralisação de programas do PBA tendo em vista a solicitação da Licença de Operação de Belo Monte

NOTA TECNICA - 2015:

(1) As discussões com relação à infraestrutura de Unidades Básicas de Saúde, UBS, infraestruturas de saneamento básico foram tratadas também na ficha métrica correspondente às discussões do Plano Integrado de Saúde do PBA-CI, no tema Saúde Indígena. E as discussões com relação à infraestrutura de escolas estão também retratadas nas métrica do tema Educação Escolar Indígena.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê Gestor Indígena (CGI)

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Acompanhamento às reuniões do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica sintetiza as referências às diferentes Programas do PBA-CI, por reunião

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O CGI foi criado como instância importante na governança das ações de mitigação e compensação de impactos da UHE Belo Monte. É importante acompanhar como são discutidas nesse espaço as ações dos diferentes programas do PBA-CI

Temas relativos a assuntos não contemplados no PBA-CI, por reunião

Tema: Proteção das Terras Indígenas	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
Reunião de criação do CGI, 30/10/2012 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012 (tema não tratado na reunião)	
2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014 Representantes Juruna lembram que a revisão de limites da TI Paquiçamba é condicionante e eles não têm informações sobre como será essa área.	(não há registro de encaminhamentos)
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014 Indígenas se queixam de que todo tipo de gente entra nas Terras Indígenas e a Funai nem sabe. Norte Energia informa que "veio uma ordem judicial para construir a sede da Funai além de 13 Postos de Vigilância".	A proposta de contratação de indígenas dentro do Plano de Proteção é encaminhada para o Comitê Regional da Funai.
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014 Representantes Parakanã pedem participar em aviventação de limites da TI Apyterewa. NE informa que está contratando a empresa para a aviventação de limites das TI. Já está em execução na TI Arara, depois será na TI Kararaô, Koatinemo, Araweté e Parakanã, respectivamente. Trincheira Bacajá e Cachoeira Seca foi feito no ano passado; está faltando Arara da Volta Grande e Paquiçamba (por conta da revisão dos limites). Representante da Funai lembra que há um plano de proteção que está previsto desde 2010 como condicionante, que está judicializado porque a Norte Energia não cumpriu.	(não há registro de encaminhamentos)

Tema: Proteção das Terras Indígenas	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>Funai e NE explicam a situação das Unidades de Proteção Territorial (UPT) que fazem parte do Plano de Proteção. Funai detalhou que não considerava como "prontas" as UPT construídas pois não correspondiam aos desenhos originais além de apresentarem problemas. Segundo NE, os problemas já foram solucionados. A</p> <p>Representante da Funai expressou que instituição só consideraria as UPTs prontas se cumpridos os outros requerimentos de recursos humanos e equipamentos e comunicações, consideradas no Plano. A NE se referiu como um "impasse" o assunto dos recursos humanos e citou responsabilidade do Estado na fiscalização. Os indígenas Parakanã denunciaram que em Apyterewa, as duas bases atuais não contam com apoio policial, apenas um servidor da Funai em cada.</p>	<p>CGI recomendou à Funai e Ibama para não liberar a LO sem ter um plano de proteção territorial operativo.</p>
<p>3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>Representantes da Funai explicam histórico do Plano de Proteção Territorial e apresentam proposta de revisão. NE complementa manifestando intenção de construir mais 3 UPT, instalação de centro de monitoramento remoto, além da contratação de RH para ocupar as bases.</p> <p>Indígenas relatam ameaças e pedem agilidade à Funai com as desintrações das TI Apyterewa Cachoeira Seca e Arara da VGX, lembrando que são condicionantes da Licença de Operação. Querem participar de expedições aos limites da TI. Kuruaya. Xipayá e Kuruaya insistem na necessidade de Posto de Vigilância para controlar entrada de pescadores</p>	<p>Indígenas elaborarão uma contra proposta sobre algumas bases de proteção que consideram necessárias. Também sobre a formação para a proteção territorial e maior fiscalização.</p> <p>Funai se compromete a agendar conversas com as etnias para tratar assunto da proteção territorial</p>

Tema: Fortalecimento da Funai	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do CGI, 30/10/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	
<p>1ª Reunião Ordinária, 30/11/2012</p> <p>(tema não tratado na reunião)</p>	

Tema: Fortalecimento da Funai	
Situação em Setembro de 2015	
Discussão	Encaminhamentos
2ª Reunião Ordinária, 17/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
1ª Reunião Extraordinária, 18/03/2014 (tema não tratado na reunião)	
<p style="text-align: center;">3ª Reunião Ordinária, 15/07/2014</p> <p>Representantes da Funai se queixam da falta de servidores e dificuldades para acompanhar os trabalhos de campo. Lembram que desde Termo de Compromisso de 2010, Norte Energia iria arcar com nova sede da Funai em Altamira. Como a Funai não tem terreno adequado estão procurando alternativas.</p>	<p>CGI recomenda encaminhar via Casa de Governo e Ministério da Justiça para liberar recursos na contratação de servidores.</p>
2ª Reunião Extraordinária, 02/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
4ª Reunião Ordinária, 03/12/2014 (tema não tratado na reunião)	
<p style="text-align: center;">5ª Reunião Ordinária, 22-25 abril de 2015</p> <p>Representante da Funai lembra a falta crônica de recursos humanos na instituição, além da necessidade de estrutura e orçamento adequados. Representante da NE, após recopilar histórico do caso da sede da Funai, diz que irão apresentar proposta para nova sede, perto do rio.</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">3ª Reunião Extraordinária, 24/08/2015</p> <p>NE apresenta desenho e localização da nova sede da Funai. Os indígenas concordam e pedem colocar um pier no embarcadouro e um lugar para comercializar produtos no mercado</p>	<p>Criação de uma comissão para solicitar perante a Prefeitura espaço no porto e no mercado de peixe para melhor utilização de indígenas da área que concentrará Funai/Museu do Índio/Casa do Índio/Mercado/Porto</p>

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê Gestor Indígena (CGI)

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Área de Restrição de Uso Ituna-Itata e

Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica sintetiza as referências nas reuniões do CGI a aspectos não diretamente contemplados no PBA-CI, como o fortalecimento da Funai e a Proteção Territorial, por reunião

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

No espaço do CGI discutem-se igualmente uma série de temas não necessariamente incluídos nos programas do PBA-CI e, no entanto, centrais para a efetividade de todo o sistema de mitigação de impactos, como é o caso do tema relativo ao Fortalecimento Institucional da Funai, e a proteção territorial das TIs (que envolve a implementação do Plano de Proteção Territorial e assuntos relativos à Regularização Fundiária das TIs).

Descrição da articulação entre as instituições e lideranças participantes do CGI

Descrição da articulação entre as instituições e lideranças participantes do CGI		
Situação em setembro de 2015		
Caráter	Participantes	Descrição
Membros	Funai	Representação composta por integrantes da Coordenação de Licenciamento CGLic, como titular, e da Coordenação Regional Centro Leste do Pará, como suplente. Além dos membros oficiais, outros funcionários da Funai/CR Centro Leste do Pará acompanham as reuniões do CGI e subcomitês
	Norte Energia	Conta com dois membros (titular e suplente) no CGI. Em geral, além dos representantes oficiais, outros funcionários da Superintendência de Assuntos Indígenas acompanham as reuniões. O coordenador do Programa de Gestão do PBA-CI, da Verthic/NE passou a assumir como representante titular da NE a partir da Reunião Ordinária 2, RO2. NE é atualmente responsável pela logística das reuniões por médio do Programa de Gestão do PBA-CI
	Indígenas	Há um membro titular e suplente por cada aldeia nas diferentes Terras Indígenas, e Área Indígena Juruna do km 17, apresentando a seguinte composição: <ul style="list-style-type: none"> -TI Koatinemo: 4 representantes -TI Araweté: 12 representantes -TI Apyterewa: 8 representantes -TI Arara: 6 representantes -TI Cachoeira Seca: 4 representantes -TI Xipaya: 4 representantes -TI Kuruaya: 6 representantes -TI Arara da Volta Grande do Xingu: 4 representantes -TI Trincheira Bacajá: 16 representantes -TI Paquicamba: 6 representantes -TI Kararaô: 2 representantes -AI Juruna do km17: 2 representantes <p>Nas reuniões ordinárias foi submetido e aprovado por votação dos membros o ingresso de representações de novas aldeias na medida em que for solicitado pelos interessados.</p>
	Associações indígenas	Indígenas residentes na cidade de Altamira tem representação no CGI através das seguintes associações: <ul style="list-style-type: none"> -Associação Kirinapân: 2 representantes -Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA): 2 representantes -Associação Inkuri: 2 representantes

Descrição da articulação entre as instituições e lideranças participantes do CGI		
Situação em setembro de 2015		
Caráter	Participantes	Descrição
Convidados	Verthic	Empresa contratada pela NE para executar alguns programas conforme Plano Operativo PO/PBA-CI, entre eles o Programa de Gestão (PG). Funcionários da Verthic, especialmente do Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), acompanharam as reuniões do CGI até o encerramento dos seus trabalhos de campo, em junho de 2015. Funcionários da Verthic igualmente acompanharam a realização das reuniões dos subcomitês.
	Agrar/Engetec	Empresa executora dos programas de Supervisão Ambiental, PSA, e Programa de Atividades Produtivas, PAP, conforme Plano Operativo PO/PBA-CI, participa como convidada desde a RO3, até o encerramento de atividades de campo em junho de 2015. Funcionários desta empresa acompanharam igualmente algumas reuniões dos subcomitês
	Apoema	Funcionários da empresa executora do programa de Realocação conforme Plano Operativo PO/PBA-CI, participaram da RO3.
	Biolaw	Funcionários da empresa executora do programa de Comunicação para Indígenas, participaram da RO3.
	DSEI	Representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena, Dsei Altamira, foram convidados e participaram das reuniões do CGI, desde Julho de 2014 (RO3, RE2, RO4 e RO3), respondendo questionamentos relativos ao atendimento à saúde indígena
	SEMED	Representantes da Secretaria Municipal de Educação de Altamira foram convidados e participaram das reuniões do CGI, desde Julho de 2014 (RO3, RE2, RO4 e RO3), respondendo questionamentos relativos ao atendimento à educação escolar indígena.
	Casa de Governo	Representantes da Casa de Governo em Altamira foram convidados e participaram das reuniões RO3 e RE2 em julho e dezembro de 2014 respectivamente.
	MPF	Representantes do Ministério Público Federal no Pará que acompanham o cumprimento das condicionantes do licenciamento de Belo Monte foram convidados e participaram das RE2 e RO4, em dezembro de 2014 e abril de 2015.
	Câmara dos Deputados	Representante, Deputada da Assembleia Legislativa do Pará foi convidada e acompanhou a RE2 em dezembro de 2014.

Descrição da articulação entre as instituições e lideranças participantes do CGI		
Situação em setembro de 2015		
Caráter	Participantes	Descrição
	SESAI	Representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério de Saúde acompanharam as duas reuniões de 2015, RO4 em abril e RE3, e em agosto respondendo questionamentos relativos ao atendimento à saúde indígena
	FGV	Pesquisadores do projeto Indicadores de Belo Monte da FGV, contratada pela Câmara Técnica de Monitoramento das Condições do licenciamento de Belo Monte, CT5-PDRSX acompanharam como convidados as RE2, RO4 e RE3, de dezembro de 2014, abril e agosto de 2015.
	Ibama	Instituição responsável pela avaliação e emissão de licenças do empreendimento Belo Monte fez presença na RO4, em abril de 2015.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Articulação

Indicador: Articulação entre atores participantes do CGI.

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Altamira indígena, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e Al Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Regimento interno do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica resume a participação de diferentes atores no CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O CGI tem uma conformação complexa a partir das representações de doze diferentes terras indígenas, associações de indígenas "cidadãos", e não aldeados, Funai, Norte Energia, além de, geralmente, uma importante presença de instituições convidadas, entre empresas executoras do PBA-CI, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e sociedade civil. É importante descrever sucintamente a articulação destes diferentes atores no CGI.

Descrição da adequação do CGI aos povos indígenas participantes

Descrição da adequação do CGI aos povos indígenas participantes
Situação em setembro de 2015
<p>O funcionamento do CGI tem sofrido algumas mudanças em função da melhor adequação aos povos indígenas participantes. A mais relevante destas é a modificação do regimento interno na reunião de criação de subcomitês para o acompanhamento dos programas do PBA-CI, definidos por Terra Indígena ou afinidades territoriais e étnicas. Conforme percepções da Funai, NE e Verthic isso permite um trabalho mais específico de acompanhamento na execução dos programas em cada Terra Indígena, dando maior oportunidade de ajuste na programação, agendas e conteúdo dos projetos com a participação direta das comunidades indígenas. As primeiras atas dos subcomitês registram a expectativa que esses espaços sejam mais efetivos para resolução dos diferentes problemas e demandas relativas ao PBA-CI e outras. Lideranças indígenas entrevistadas queixam-se, contudo, que os funcionários da Funai e empresas executoras do PBA-CI que acompanham os subcomitês tem pouco poder de decisão, comparado aos membros representantes destas instituições no âmbito das reuniões do PBA-CI em Altamira.</p> <p>Aumentar a representatividade dos diferentes povos na participação das reuniões do PBA-CI foi, conforme Funai, um dos objetivos da descentralização das reuniões do CGI. Nos subcomitês há possibilidade das discussões serem na língua indígena, contando com tradutores.</p> <p>Na reunião ordinária 5, em abril de 2015, lideranças Xipaya elogiaram publicamente a participação de cada vez mais pessoas de todos os diferentes povos nas discussões do CGI comentando que no início poucas pessoas falavam nas plenárias.</p>

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Critérios e demandas

Indicador: Adequação do CGI aos povos indígenas participantes

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Lideranças Juruna, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Lideranças Kuruaya, Lideranças Xipaya, Lideranças Araweté e Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Xipaya, TI Kuruaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica descreve a adequação do CGI aos povos indígenas participantes.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O contexto multiétnico e de diferentes experiências de contato e relação com a sociedade envolvente estabelecidas pelos povos indígenas na área de influência de Belo Monte, colocam um desafio para o CGI como espaço de gestão. É importante acompanhar a forma como o CGI se adequa às particularidades dos diferentes povos indígenas na procura de cumprir os seus objetivos.

Sistematização e disponibilização das informações

Situação em setembro de 2015

As atas do CGI e subcomitês são disponibilizadas em formato digital como anexos do capítulo do Programa de Gestão desde o 3º relatório consolidado de andamento dos programas do PBA-CI, publicado em julho de 2014. Os relatórios estão disponíveis na íntegra no site do Ibama. Há, contudo, algumas atas não disponíveis online como a ata de criação do CGI (30 de outubro de 2012), a primeira reunião ordinária (30 de novembro de 2012), que correspondem ao período anterior à execução dos programas do PBA-CI. No primeiro relatório da NE sobre o PBA-CI em 2013 remete-se a um link no site da Norte Energia, porém os arquivos não estão mais disponíveis no endereço eletrônico. Conforme Informação Técnica 233/2015 da Funai, as pautas das primeiras duas reuniões do CGI em 2012 trataram de assuntos referentes ao plano emergencial e acordos de canteiros, não sendo apresentados os programas do PBA-CI.

Em várias atas há manifestações explícitas de descontentamento com a demora de meses para se disponibilizar as atas aos indígenas. Na reunião ordinária 3, de dezembro de 2014 é sugerido que todas as cópias das atas fiquem no escritório do Programa de Comunicação do PBA-CI, para todos terem acesso.

A ata da quinta reunião ordinária (22-25 abril de 2015), não foi ainda revista, aprovada e assinada, portanto não está disponível online junto ao relatório consolidado 5, de agosto de 2015. A responsabilidade da elaboração das atas é do Secretário do CGI que conta com o apoio das equipes ligadas ao Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento Institucional.

A reunião extraordinária 3, de agosto de 2015, é a primeira em que a ata consegue ser lida, aprovada, assinada e copiada para todos os presentes antes de retornarem de volta para suas aldeias.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Controle social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Lideranças Juruna, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Lideranças Xikrin, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Lideranças Kuruaya, Lideranças Araweté, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI e Secretário do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, Área Indígena Juruna do km 17, TI Kuruaya, TI Xipaya, TI Cachoeira Seca do Iriri e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica descreve a sistematização e disponibilização de informações do CGI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

A sistematização e disponibilização das informações são aspectos chaves para fazer com que as discussões e decisões tomadas no CGI sejam apropriadamente registradas e os encaminhamentos acompanhados ao longo do tempo.

Envolvimento de lideranças indígenas na concepção, elaboração, definição de pautas e condução das reuniões do CGI

Situação em setembro de 2015

As lideranças indígenas têm um papel protagonista no funcionamento do CGI, na construção de pautas e nos encaminhamentos. Deve-se em parte a maioria dos membros do comitê serem indígenas e a condução e mediação no comitê ser realizada por uma liderança indígena, Gilson Curuaia. O CGI vem num aprendizado dos processos de criação e organização das pautas, e acompanhamento dos encaminhamentos, que geralmente tomam a forma de recomendações para as diferentes instituições: Norte Energia e empresas executoras dos programas do PBA-CI, Funai, Dsei, Sesai, entre outros.

O primeiro secretário do CGI foi um representante da Norte Energia. Lideranças indígenas e Funai questionaram o fato que não houve reuniões do CGI durante todo o ano de 2013, nesse mandato do secretariado. Na primeira reunião de 2014 (17 de março) houve eleição do secretário e Gilson Curuaia por maioria de votos. Desde então há um envolvimento direto dos indígenas na convocação e condução das reuniões do CGI, na concepção, elaboração, definição de pautas, sistematização e acompanhamento aos encaminhamentos.

Entrevistas com lideranças apontam que o formato das atas é de difícil leitura e, junto aos atrasos na sua sistematização e disponibilização, dificulta fazer acompanhamento aos encaminhamentos. Consultores dos Programas de Gestão e Fortalecimento Institucional da Verthic, a partir das primeiras reuniões dos subcomitês em outubro e novembro de 2014, produziram uma tabela consolidada dos diferentes encaminhamentos como referência para o Secretário do CGI na criação da pauta da quarta reunião ordinária. A criação da pauta partiu da sistematização e de consultas do Secretário do CGI via rádio às diferentes aldeias; a partir da RO4, as pautas passaram a ser construídas a partir de uma reunião prévia de "alinhamento interno da pauta" em que os indígenas se reúnem sem a presença dos funcionários das instituições. Entrevistas com o Secretário do CGI e lideranças apontam a que essa inovação foi inspirada na organização Xikrin e a sua forma de preparar e conduzir as reuniões, entre elas, as dos subcomitês da Trincheira Bacajá.

Há dificuldades, contudo, na sistematização clara de encaminhamentos de forma a facilitar o seu acompanhamento. Uma inovação a destacar é o formato da ata da segunda reunião ordinária do subcomitê da Terra Indígena Cachoeira Seca, que depois do texto de descrição da reunião, incluiu-se uma tabela detalhando os diferentes encaminhamentos e assuntos pendentes de cada um dos programas do PBA-CI, com a definição de responsabilidades.

A RE3, de agosto de 2015, começou com uma pauta de "pendências de outras reuniões" numa tentativa de dar mais continuidade ao andamento de encaminhamentos ou problemas levantados anteriormente.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Controle social

Indicador: Participação social

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Lideranças Juruna, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Lideranças Xipaya, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI e Secretário do CGI

Palavras-chave: TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve aspectos do protagonismo indígena na condução das reuniões do CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

O PBA-CI (p.87) contempla que é fundamental que as comunidades indígenas sejam informadas, avaliem e façam propostas durante todo o período de execução para que a representação não seja apenas formal, mas sim que os integrantes do Comitê Indígena sejam, de fato, porta-vozes de suas comunidades. É importante acompanhar o envolvimento e protagonismo indígena no CGI.



Participação na elaboração do Plano Anual

Situação em setembro de 2015

O Plano Anual de Trabalho, ou o Plano de Trabalho Detalhado, PTD, são instrumentos de planejamento que são periodicamente reajustados em função de melhorar a execução e a efetividade dos programas do PBA-CI.

O primeiro plano de trabalho a ser executado pelas empresas é baseado em Termos de Referência correspondentes diretamente ao Plano Operativo do PBA-CI. A partir do começo da execução dos trabalhos em campo em novembro de 2013, da reativação das reuniões do CGI em março de 2014, e especialmente da realização de subcomitês locais entre outubro e novembro de 2014 houve a oportunidade e necessidade de fazer diferentes ajustes à execução dos programas, contando com as demandas, necessidades, e reclamações específicas dos diferentes povos indígenas.

O planejamento anual para 2015, realizado diretamente pelos consultores das empresas executoras do PBA-CI, contou, portanto, com os aprendizados de campo desse período. Coloca-se a dificuldade, em vários casos, de otimizar a execução dos programas em campo contando com uma maior participação dos povos indígenas, e por outro, responder de forma estrita aos termos de Referência baseados no Plano Operativo do PBA-CI.

O CGI e subcomitês ainda não participam diretamente do planejamento anual de atividades. Representantes Juruna se queixam, na RO3 de dezembro de 2014, sobre o fato dos projetos não estarem sendo feitos em diálogo com as comunidades indígenas" e consequências no gerenciamento do tempo de execução do PBA-CI. Conforme Funai "o gerenciamento de tempo, diretamente ligado aos demais gerenciamentos previstos não pode considerar a execução das ações indígenas por parte da Norte Energia S/A como sendo uma ação única. Explico: não é percebido, até por não ter sido apresentada a metodologia para esse gerenciamento de tempo, que os cronogramas incluem as atividades dos povos indígenas. O foco é contextualizado apenas na execução do PBA-CI, por parte das empresas contratadas. Conforme já citado, não inclui adequadamente as ações de infraestrutura em execução" (Funai IT233/2015, p.72)

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Controle social

Indicador: Participação social

Cobertura: Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI e Secretário do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipaya, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e participação social

Descrição:

A métrica descreve a participação indígena na elaboração do Plano Anual do PBA-CI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

No arranjo de gestão, o Comitê Gestor Indígena é a instância máxima de tomada de decisão sobre o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, de caráter consultivo, local de discussão e aprovação do Plano Anual de trabalho, através do planejamento anual participativo. A participação indígena tem o potencial de contribuir na busca de resultados mais efetivos na execução das diferentes ações de mitigação. É importante monitorar como o Comitê Gestor Indígena contribui no planejamento anual do PBA-CI.

Fluxo de pautas ou encaminhamentos entre CGI e outros espaços de controle social

Situação em Setembro de 2015
<p>Pautas e encaminhamentos no escopo do Comitê de Vazão Reduzida levados ao CGI.</p> <p>Preocupação com monitoramentos ambientais adequados dos impactos a jusante do barramento Pimental; Preocupações Xikrin com impactos e falta de monitoramento na TI Trincheira Bacajá (RO2, mar 2014); Queixas dos Juruna por que a empresa coordenadora dos monitoramentos não comparece às reuniões do Comitê do Trecho da Vazão Reduzida, CVR (RO4, dez 2014); Preocupação com descontinuidade nos monitoramentos é colocada e pauta pela Funai, Juruna e Arara VGX (RO3, ago. 2015)</p> <p>2. Abrangência do PBA-CI</p> <p>Participação de ribeirinhos da Volta Grande do Xingu nos programas de mitigação de impactos (demanda presente em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI)</p> <p>Subsistência e mudança de modos de vida a jusante do barramento Pimental</p> <p>Preocupações com a pesca e com problemas na execução dos projetos de subsistência do Programa de Atividades Produtivas (RO2 mar 2014; RO3 jul. 2014; RO4 dez 2014; RE3 ago. 2015)</p> <p>Recomposição da Infraestrutura Vial</p> <p>Demanda por construção e reformas e manutenção de acessos terrestres na TI Trincheira Bacajá (TITB) e Arara VGX dada afetação da navegabilidade nos rios Xingu e Bacajá.</p>
<p>Pautas e encaminhamentos no escopo do Condisi levados ao CGI.</p> <p>Qualidade da água e saneamento básico na Volta Grande e Trincheira Bacajá. A preocupação manifestada na reunião de criação do CVR foi também assunto tratado no Condisi, levado à segunda Reunião Ordinária do CGI em 2014 e às duas reuniões do CGI em 2015. O CGI em geral tem estado atento ao andamento dos projetos de infraestrutura sanitária e UBS, em toda a área de influência da UHE Belo Monte, cobrando agilidade nas construções e adequação aos desenhos definidos pela Sesai.</p> <p>Solução definitiva para a Casai. Assunto comum na pauta do Condisi tem sido levado continuamente às reuniões do CGI cobrando que uma solução definitiva seja dada conforme previsto no PBA-CI e debatido no âmbito do Condisi.</p> <p>Organização do serviço de Saúde. CGI na RO3 (jul. 2014) recomendou agilidade na assinatura do termo de compromisso entre Ministério de Saúde e Norte Energia para implementar reorganização do atendimento à saúde indígena conforme Resolução 21 do Condisi.</p>
<p>Pautas e encaminhamentos do CGI levados ao Comitê Regional da Funai.</p> <p>Plano de Proteção Territorial. O tema da formação de indígenas para trabalharem na proteção territorial é recomendado que seja tratado no Comitê Regional da Funai, na RO3 jul. 2014.</p>

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Protagonismo indígena

Indicador: Protagonismo indígena em outros espaços.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Acompanhamento às reuniões do CGI, Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI, Secretário do CGI e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CONDISI

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Apyterewa, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Koatinemo, TI Kararaô, TI Xipayá, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17 e participação social

Descrição:

A métrica descreve pautas e encaminhamentos no escopo do Comitê da Vazão Reduzida e Condisi, levados ao CGI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O Comitê Gestor Indígena (CGI) tem um papel relevante no contexto de outros espaços de participação e controle social indígena. É importante monitorar como o CGI recebe e eventualmente encaminha as pautas que também estão no escopo de outros espaços de participação indígena na região.

Ações de fortalecimento institucional no PBA-CI voltadas ao CGI e subcomitês

Situação em Setembro de 2015

A partir do início da execução dos programas do PBA-CI houve uma série de ações do Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento Institucional voltadas a melhorar o conhecimento sobre o funcionamento do CGI, subcomitês e com isso contribuir para uma participação indígena mais qualificada.

Entre as ações, no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI (Jul. 2014) destacam-se:

A realização de reuniões por rota para explicar o PBA-CI e o funcionamento do Comitê Gestor (CGI) e definir como a comunidade vai monitorar e opinar na implementação dos programas
Oficina em cada Terra Indígena, na Volta Grande do Xingu e p/ os moradores de Altamira sobre aspectos legais e organizacionais de associações e cooperativas

No 4º RC do PBA-CI destacam-se:

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI, CGI e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Aprofundamento sobre os diferentes programas em 10 reuniões de subcomitês.

No 5º RC (Fev. 2015) do PBA-CI destacam-se:

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI, CGI e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Início de ações de fortalecimento institucional nas aldeias da TI Trincheira Bacajá.

Elaboração de proposta metodológica para qualificação de conselheiros.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Fortalecimento institucional

Indicador: Ações de fortalecimento institucional.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Verthic, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: articulação institucional, questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Cachoeira Seca do Ipiri, TI Xipayá, TI Kuruaya, Área Indígena Juruna do km 17, TI Paquiçamba, TI Kararaô, TI Koatinemo e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica traz uma síntese das ações de fortalecimento institucional voltadas ao CGI e subcomitês.

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório do PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 5 - Programa de Fortalecimento Institucional]. (7) Buscar ações de fortalecimento institucional voltadas ao CGI e subcomitês.

Justificativa:

O PBA-CI (p.87) contempla que para que a participação indígena no Acompanhamento da Implementação dos Planos, Programas e Projetos Ambientais e Etnoecológicos seja efetiva, além da escolha dos representantes dos respectivos povos, é preciso capacitá-los para que possam participar de forma qualificada, dando-lhe instrumentos para a compreensão dos planos, projetos e programas, relatórios e demais informações sobre sua implementação. Estas ações estão contempladas no Programa de Fortalecimento Institucional. É importante acompanhar o andamento das ações de capacitação dos indígenas para uma melhor compreensão e monitoramento dos programas do PBA-CI.

Outras ações de formação para a participação qualificada

Situação em Setembro de 2015

O trabalho desenvolvido nas TI Trincheira Bacajá e Apyterewa no convenio entre a Fundação Nacional do Índio e The Nature Conservancy-Brasil (TNC) voltados à discussão e elaboração dos Planos de Gestão dessas Terras Indígenas conforme estabelecido na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

A participação de indígenas das TI Xipaya e Kuruaya no Curso de Formação em Gestão Territorial nas Reservas Extrativistas da Terra do Meio, organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA)

A etapa preparatória (local) da Conferencia Regional sobre Política Indigenista CNPI, em Altamira, organizada pela Fundação Nacional do Índio e a FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Brasil).

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Fortalecimento institucional

Indicador: Ações de fortalecimento institucional.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Socioambiental (ISA), Verthic, Lideranças Xikrin, The Nature Conservancy - Brasil (TNC), Lideranças Xipaya e Conferencia Nacional de Política Indigenista - Etapa Regional Altamira

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica descreve brevemente algumas iniciativas regionais de fortalecimento institucional.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Além das ações de fortalecimento institucional contempladas dentro do PBA-CI, outras iniciativas na região incluem espaços de formação. É importante acompanhar outras experiências que, em conjunto, promovem uma participação mais qualificada.

Iniciativas de consulta prévia, livre e informada nos espaços do CGI e subcomitês

Situação em Setembro de 2015

Não há registro de processos formais de consulta prévia no espaço do CGI e subcomitês sobre a execução do Plano Operativo (PO) em substituição ao PBA-CI.

Além disso, há também queixa da não participação indígena sobre processos do PBA-CI, como a construção de infraestrutura nas aldeias e sobre os projetos de subsistência e atividades produtivas, que incluem as necessidades e demandas das comunidades.

Na RO3 o CGI recomenda à Funai consultar e informar o comitê antes de emitir pareceres e planos.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Consulta prévia

Indicador: Processos de consulta no CGI e subcomitês

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriiri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve eventuais processos formais e referencias a procedimentos de consulta, no âmbito do CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Conforme o Decreto 5.051 que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, o Artigo 6 dispõe o dever do governo em consultar aos povos interessados e garantir a participação livre "na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes". É importante acompanhar como o CGI como espaço de gestão, participação e controle social eventualmente adota processos formais de consulta prévia, e em geral, como é mencionado o princípio da consulta nesse espaço.

Encaminhamentos por reunião

<p style="text-align: center;">Situação em setembro de 2015</p>
<p style="text-align: center;">Outubro de 2012: Reunião de criação do CGI</p> <p style="text-align: center;">(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">Novembro de 2012: 1ª reunião ordinária do CGI</p> <p style="text-align: center;">(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">Março de 2014, 2ª reunião ordinária do CGI</p> <p>Termo de Compromisso NE-Funai validado com os indígenas pronto para aprovação após verificação dos departamentos jurídicos da NE e Funai Agendada reunião extraordinária para avaliar alterações ao regimento interno do CGI</p>
<p style="text-align: center;">Março de 2014, 1ª reunião extraordinária do CGI</p> <p>Aprovada alteração de periodicidade do CGI e a criação de 9 subcomitês. Ingresso de novas associações não aprovada, por votação. Representantes da Ilha da Fazenda manifestam interesse em participar do Subcomitê da Volta Grande e Representante da Ass. Typoremô quer fazer parte do Subcomitê de Índios Citadinos e Ribeirinhos</p>
<p style="text-align: center;">Julho de 2014, 3ª reunião ordinária do CGI</p> <p>Solicitação de estrutura para apoiar os trabalhos da secretaria CGI Recomendação para Funai consultar CGI antes de emitir pareceres. Recomendação para Funai acompanhar melhor as atividades de campo do PBA-CI Recomendação para analisar detidamente o andamento do Programa de Atividades Produtivas nos Subcomitês Indígenas solicitam que NE apresente cronograma de construção de escolas nas reuniões dos subcomitês NE pede a Agrar todos os relatórios do PAP para encaminhar à Funai. Funai promete enviar relatório interno sobre avaliação do PAP para o CGI e tomar medidas perante o descumprimento do PBA-CI Indígenas solicitam esclarecer responsabilidades institucionais de cada órgão nas ações do PBA-CI para não ficar confuso Funai solicita cópias dos projetos à NE para organizar fiscalizações. Solicitação para NE apresentar cronograma das construções. CGI recomenda agilidade na conclusão da construção da Casai CGI recomenda agilidade na assinatura do termo de compromisso entre Ministério de Saúde e Norte Energia para implementar reorganização do atendimento à saúde indígena Indígenas solicitam remarcar apresentação do Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial incluindo informação detalhada por aldeia Recomendação pra fiscais informem às comunidades seguindo protocolo do Programa de Comunicação para Não Indígenas. Propor junto à Funai um curso de manutenção de motores. Levar discussão sobre o Plano de Proteção Territorial ao Comitê Regional da Funai CGI recomenda por meio da Casa de Governo recursos para a Funai contratar servidores. Marcada reunião extraordinária para analisar formas de ingresso de novos membros ao comitê</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2014, 2ª reunião extraordinária do CGI</p> <p style="text-align: center;">Ingresso de novas associações não aprovada, por votação</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2014, 4ª reunião ordinária do CGI</p> <p>Sugestão de disponibilizar atas do CGI por meio do Programa de Comunicação do PBA-CI Funai se compromete a submeter o parecer para a LO ao CGI e sugere seminário participativo para avaliação dos programas do PBA-CI. NE sugeriu conversar com indígenas e Semed para conferir os projetos das escolas Verthic se compromete a refazer o curso de videoastas entre os Juruna NE confirma que está acertado fazer reboco interno nas casas até 1.80m. NE enviará equipes de fiscalização nas aldeias para verificar problemas com construções</p>

Abril de 2015, 5ª reunião ordinária do CGI

CGI aprova recomendação à Funai e Ibama para não autorizar Licença de Operação por descumprimento de condicionantes.

Recomendação para rever o PBA.

Sugestão que o PG-PBA-CI esteja com uma instituição diferente à executora dos programas.

CGI recomendou à Funai e Ibama para não liberar a LO sem ter um plano de proteção territorial operativo

Agosto de 2015, 3ª reunião extraordinária do CGI

NE irá incluir detalhamento dos projetos de construção de alojamentos para informar à Funai.

NE e indígenas solicitam maior acompanhamento do Dsei na construção de infraestruturas sanitárias

Recomendação à NE para prestar contas de recursos destinados a projetos culturais dentro do Plano Emergencial, por aldeia

Solicitação à Funai encaminhar pedido ao MME para fornecimento de energia elétrica nas aldeias

Realização de reunião/GT para tratar de acesso de indígenas não aldeados aos programas do PBA-CI

Discutir realocação e áreas a partir das associações no âmbito do GT do Pedral

Indígenas elaborarão contra proposta sobre alguns pontos do Plano de Proteção Territorial: localização de UPT e formação de indígenas.

Formada Comissão para discutir com Prefeitura um píer próximo à Funai, Museu do Índio e Mercado.

Funai pede esclarecimentos à NE sobre a paralização do PBA-CI ao mesmo tempo em que Norte Energia está solicitando Licença de Operação para a UHE Belo Monte

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Efetividade do Comitê

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, articulação institucional, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica traz um resumo dos "encaminhamentos" produzidos no CGI, por reunião.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Nas reuniões ordinárias e extraordinárias o Comitê Gestor Indígena produz uma série de "encaminhamentos" sob a forma de decisões, de recomendações, de criação de subcomissões e de grupos de trabalho ou de notas técnicas. É importante monitorar os encaminhamentos produzidos no Comitê Gestor Indígena ao longo do tempo para poder acompanhar como evoluem os encaminhamentos questionados ou propostos em cada reunião.

Percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas nos comitês

Não há dados disponíveis.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Efetividade do Comitê

Cobertura: Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica sintetiza a percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas nos comitês.

Como coletar:

É possível obter dados de percepção sobre os encaminhamentos a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CGI e subcomitês. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CGI permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

É importante acompanhar a percepção/satisfação dos membros do CGI com relação ao andamento dos encaminhamentos criados e a sua efetividade.

Percepção sobre a frequência e qualidade da participação por povo, por gênero

Situação em setembro de 2015

Com relação à dinâmica da participação indígena no CGI nos referimos à análise descrita na Informação 233/2015 da Funai:

“Apesar de sua instalação, em 2012, o comitê só voltou a se reunir em 2014, após diversas pressões por parte dos indígenas. À época, o secretário executivo, que é o responsável pela gestão do Comitê, era da empresa Norte Energia S/A e não havia qualquer justificativa para a não convocação do mesmo.

Em 2014, com a mudança do secretário executivo [para um representante indígena], o comitê passa por algumas mudanças, consideradas pela Funai como necessárias e pertinentes, como a criação dos subcomitês, que discutiriam as questões locais em âmbitos locais. A partir de então, o comitê ganha uma regularidade, que vem sendo observada já neste ano de 2015” (p.39).

Os relatórios de andamento do PBA-CI apresentados pelo empreendedor destacam um efeito positivo da criação dos subcomitês para melhorar a representatividade da participação e a qualidade de acompanhamento ao andamento local dos diferentes programas. Na reunião ordinária 5, em abril de 2015, foram as próprias lideranças Xipayá elogiaram publicamente a participação de cada vez mais pessoas de todos os diferentes povos nas discussões do CGI comentando que no início poucas pessoas falavam nas plenárias.

Ha contudo uma muito baixa representação feminina nas reuniões do CGI, restrita a algumas poucas lideranças Juruna, indígenas não aldeados e “cidadinos”. A participação por faixa etária, apesar de não existir dados sistematizados, pelo acompanhamento às reuniões do CGI, destacam-se apenas alguns “velhos” representantes Xikrin e Kararaô que fazem as suas intervenções nas línguas nativas. A maior parte dos representantes indígenas são jovens na faixa dos 20 e 30 anos. O efeito dos subcomitês permite, nesse sentido, uma maior participação por gênero e faixa etária independentemente do grau de contato e barreiras lingüísticas.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Participação por povo indígena, situação de contato e gênero.

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquaçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trancheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trancheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Atas do subcomitê da TI Cachoeira Seca para acompanhamento das ações do PBA-CI

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquaçamba, TI Trancheira Bacajá, TI Xipayá e questões indígenas

Descrição:

A métrica reúne e descreve referências à percepção sobre a frequência e qualidade da participação por povo, por gênero.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A diversidade e complexidade do contexto dos povos indígenas na área de influência de Belo Monte envolve considerar as diferenças étnicas, de situação de contato, além das diferenças e particularidades com relação a idade e gênero. É importante acompanhar como a participação no CGI reflete essas diferenças.

Percepção sobre articulação política entre TIs

Não há dados disponíveis.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Articulação política entre TIs

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Altamira indígena

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica reúne e sistematiza referências à percepção sobre a articulação política entre TIs

Como coletar:

É possível obter dados de percepção sobre a articulação política entre TIs a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CGI e subcomitês. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CGI, permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

Conforme o PBA-CI a troca de experiências, articulação e aprendizado conjunto entre os indígenas estimula a procura de soluções para os problemas comuns. A maior inter-relação entre TIs constitui um fator de fortalecimento das organizações dos povos nas aldeias, Terras Indígenas e subáreas (rota Xingu, rota Iriri, Volta Grande, Bacajá, presença urbana e ribeirinha)

Influência indígena nos processos de licenciamento e na construção de políticas públicas específicas

Situação em setembro de 2015

Destaca-se que na RO3, de julho de 2014, o CGI recomenda à Funai consultar o CGI antes de emitir pareceres. Na RO4, de dezembro de 2014, Funai compromete-se a submeter o parecer para a Licença de Operação da UHE Belo Monte ao CGI e sugere seminário participativo para avaliação dos programas do PBA-CI.

A Informação 233/2015 da Funai, preparada para responder à solicitação da LO, destaca, dentro da descrição metodológica para a elaboração do parecer, a realização de oficinas participativas de avaliação do PBA-CI nas aldeias das TI Paquiçamba, Arara da VGX em abril de 2015 e o seminário técnico em Altamira junto aos representantes indígenas do CGI em julho de 2015.

A Funai destaca na Informação 233/2015 a importância da participação: "A Funai, como órgão indigenista oficial, responsável por coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista procura fomentar e aplicar as premissas previstas na legislação nacional e internacional acerca dos direitos indígenas, especialmente em relação à necessidade de diálogo, de oitiva e de consulta aos povos indígenas, na aplicação de medidas que possam modificar (positivamente e negativamente) o dia-dia, as práticas socioculturais e outros aspectos dos povos indígenas.

Em processos de licenciamento ambiental a Funai procura e possui procedimentos para permitir a participação dos povos, buscando promover um diálogo de boa-fé. Ressalta-se, entretanto, que os procedimentos dentro dos processos de licenciamento ambiental não atendem inteiramente o disposto na Convenção 169/OIT" (p.353).

O resultado das oficinas participativas e os lineamentos básicos do parecer da Funai para a LO foram apresentados aos indígenas na RE3 de agosto de 2015. Uma das recomendações da Funai refere-se à revisão do PBA-CI e o seu Plano Operativo, conforme tinha sido também recomendado pelo CGI na RO4 em dezembro de 2014.

Tema: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Subtema: Empoderamento Indígena

Indicador: Articulação política entre Tis

Cobertura: Altamira indígena, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Acompanhamento às reuniões do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica reúne referências à influência indígena nos processos de licenciamento e na construção de políticas públicas específicas.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação .

Justificativa:

O Comitê Gestor Indígena (CGI) é um espaço importante de controle social sobre a avaliação de impactos do empreendimento e as suas medidas de mitigação. É relevante monitorar como as reflexões dos povos indígenas do Médio Xingu e as ações do CGI influenciam nos processos de licenciamento e nas políticas públicas na região.

Regimento interno: descrição do funcionamento

Situação em setembro de 2015

Na reunião de criação do CVR em novembro de 2012, o regimento interno foi apresentado pela assessoria jurídica da Norte Energia (NE) e aprovado pelos membros.

O regimento define (i) a periodicidade das reuniões do comitê para que ocorram a cada três meses e que sejam preferencialmente nas aldeias, (ii) a eleição de um secretário (realizada na reunião de criação do comitê) que tem mandato por 2 anos, e (iii) que os membros devem se compor por um titular e um suplente das seguintes representações: Aldeia Muratu, Aldeia Paquiçamba, Aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba), Aldeia Terrawangã e Aldeia *Guary-Duan* (TI Arara da Volta Grande), Funai e Norte Energia.

O regimento interno do CVR não contempla participação de representantes Xikrin da TI Trincheira Bacajá nem de ribeirinhos/indígenas não aldeados na VGX que são afetados pelas transformações do Trecho de Vazão Reduzida. Conforme regimento, a sua participação como membros depende de aprovação em reunião extraordinária. [1]

Em abril de 2013, durante reunião informativa, foram distribuídas cópias do regimento interno, ata de criação do CVR e 1ª reunião ordinária. Não houve modificações posteriores ao regimento interno.

NOTA TÉCNICA 2015

(1) Conforme o PBA-CI "O objetivo do Acompanhamento do Plano de Gerenciamento Integrado da VGX é permitir o envolvimento das populações indígenas da VGX (TIs Paquiçamba e Arara da VGX) e da TI Trincheira Bacajá no monitoramento das vazões no TVR, e na avaliação das condições de navegação, buscando estabelecer uma estrutura organizacional integrada das atividades de monitoramento e sistematização dos dados." (PBA-CI, Vol. 3, pp. 1161).

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê da Vazão Reduzida (CVR)

Cobertura: Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Regimento interno do CVR, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR e Verthic

Palavras-chave: TI Arara da Volta Grande, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve as características centrais do regimento interno e as suas alterações

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Conforme o disposto no parecer 21 da Funai a implementação do Comitê da Vazão Reduzida procura abranger a população afetada pela redução da vazão na Volta Grande do Xingu para participar do acompanhamento e monitoramento das transformações socioambientais nesta área. No PBA-CI define-se que "O objetivo do Acompanhamento do Plano de Gerenciamento Integrado da VGX é permitir o envolvimento das populações indígenas da VGX (TIs Paquiçamba e Arara da VGX) e da TITB no monitoramento das vazões no TVR, e na avaliação das condições de navegação, buscando estabelecer uma estrutura organizacional integrada das atividades de monitoramento e sistematização dos dados". (PBA-CI vol III p. 1161). É importante acompanhar como se conforma e funciona o CVR.

Periodicidade de reuniões ordinárias, extraordinárias e comparação com o cronograma de construção da obra

Data	Evento do licenciamento/obra	Reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR
01/02/2010	A Licença Prévia incorpora condicionantes elencadas no Parecer 21 da Fundação Nacional do Índio, Funai, entre elas diz "Criar um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento – preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades".	(não se aplica)
01/06/2011	A Licença de Instalação incorpora parecer descrito no Ofício 126 da Funai que descreve "Criação de um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento - preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades" (a ser constituído no prazo de 45 dias).	(não se aplica)
21/11/2012	Início de construção de ensecadeira no Sítio Pimental; construção e primeiros testes do sistema de transposição de embarcações, STE, com previsão de início de funcionamento, em janeiro de 2013.	Criação do CVR e aprovação do regimento interno (reunião realizada na aldeia Muratu, TI Paquiçamba). Estabeleceu-se uma periodicidade de quatro (4) reuniões ordinárias anuais a serem realizadas preferencialmente nas aldeias.
14/12/2012	(não foi identificado evento relevante)	Primeira Reunião Ordinária na aldeia Paquiçamba, TI Paquiçamba.
04/02/2013	Início de operação do Sistema de Transposição de Embarcações, STE.	(não se aplica)
22/04/2013	(não foi identificado evento relevante)	Segunda Reunião Ordinária na aldeia Terrawangã, TI Arara da Volta Grande do Xingu.
22/04/2013	(não foi identificado evento relevante)	Reunião Informativa na aldeia Terrawangã, TI Arara da Volta Grande do Xingu.
06/12/2013	Chegada em campo e apresentação de empresas contratadas para executar programas de mitigação conforme Plano Operativo do Plano Básico Ambiental, Componente Indígena, PO PBA-CI: Verthic e Agrar Engetec	Terceira Reunião Ordinária na aldeia Furo Seco, TI Paquiçamba.
07/02/2014	(não foi identificado evento relevante)	Quarta Reunião Ordinária na sede do Programa de Comunicação Indígena (PCI) da NE em Altamira.

19/05/2014	(não foi identificado evento relevante)	Quinta Reunião Ordinária no Hotel Castelo, Altamira.
08/12/2014	(não foi identificado evento relevante)	Sexta Reunião Ordinária no Hotel Castelo, Altamira
11/02/2015	Norte Energia formaliza perante o Ibama o pedido de Licença de Operação da UHE Belo Monte	(não se aplica)
05/08/2015	Finalização da barragem no Sítio Pimental, a navegação deve usar necessariamente o STE	(não se aplica)
30/06/2015	Encerramento de atividades de campo das empresas Verthic e Agrar Engetec executoras dos programas de Gestão Territorial Indígena e Supervisão Ambiental, entre outros. Retomada das ações dos programas do PBA-CI permanece indefinida.	(não se aplica)
23/09/2015	Funai encaminha ao Ibama a Informação Técnica 233 a respeito da solicitação da LO de Belo Monte. A respeito da condicionante relativa à implementação do CVR, Funai diz "condicionante atendida parcialmente. Ainda que o comitê da vazão tenha sido instalado, o mesmo não se demonstra efetivo. Além disso, ainda não fazem parte do mesmo os representantes indígenas não aldeados. Sobre as questões de navegação, não há participação, como já informado, dos Xikrin. Verifica-se portanto prejuízos à comunidades indígenas a partir da falta de informação e diálogo, que levam a conflitos entre os povos indígenas e a empresa. Não se verifica a existência dos mecanismos de acompanhamento para a vazão reduzida". (IT233/2015 223 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, pág. 41)	(não se aplica)

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê da Vazão Reduzida (CVR)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Regimento interno do CVR, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Lideranças Arara e Lideranças Juruna

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica ilustra a periodicidade de reuniões realizadas no âmbito do CVR em comparação com os eventos mais relevantes do licenciamento/obra

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Por regimento interno, o Comitê Indígena Para Controle e Monitoramento da Vazão Reduzida no Trecho Da Volta Grande Do Xingu (CVR) tem uma periodicidade de reuniões ordinárias a cada três meses. As reuniões ordinárias e extraordinárias permitem acompanhar as transformações socioambientais na região a partir do conhecimento e discussão dos diferentes projetos de monitoramento do Plano Básico Ambiental (PBA) e do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). É importante monitorar a frequência das reuniões, em comparação com o cronograma de instalação e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, pois possibilitam o debate,

o acompanhamento de impactos e programas de monitoramento, a troca de informações e percepções, bem como o aprimoramento de medidas de mitigação/compensação.

Percepção sobre a frequência e qualidade da participação por povo, por gênero

Não há dados disponíveis.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê da Vazão Reduzida (CVR)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica reúne e sintetiza as referências à percepção sobre a frequência e qualidade da participação, por povo.

Como coletar:

É possível obter dados de percepção da participação no CVR a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CVR e incluso subcomitês na área de influência do CVR. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CVR permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

A diversidade e complexidade do contexto dos povos indígenas na área de influência do Trecho da Vazão Reduzida envolve considerar as diferenças étnicas, de situação de contato, além das diferenças e particularidades com relação a idade e gênero. É importante acompanhar como a participação no CVR reflete essas diferenças.

Principais temas levantados, por reunião.

Tema: Navegabilidade no Trecho de Vazão Reduzida (TVR)	
Discussão	Encaminhamentos
<p align="center">Reunião de criação do Comitê, novembro de 2012</p> <p>Entrega de uma cartilha da NE com informações sobre navegabilidade e que profissionais do Programa de Comunicação Indígena poderiam dar explicações, nas aldeias, em caso de dúvidas.</p>	(não há registro de encaminhamentos)
<p align="center">1ª reunião ordinária, dezembro de 2012</p> <p>Os indígenas apresentaram questionamentos com relação às condições de navegabilidade, solicitaram relatórios das vistorias realizadas nas rotas críticas e pediram a participação nas vistorias de rotas que não foram visitadas. A empresa EBPM apresenta o funcionamento do Sistema de Transposição de Embarcações, STE, com data de operação em janeiro de 2013. Levantaram dúvidas relacionadas à dificuldade de embarque e desembarque, sendo que NE informou que haverá pessoas para ajudar a embarcar e desembarcar "os indígenas não terão nenhum trabalho em relação a isso". Os Juruna de Muratu questionam aquisição de barco maior para navegação a montante, assunto já acordado em outras reuniões.</p> <p>NE assumiu responsabilidade por danos no STE e Vazão reduzida fazendo a ressalva contra "imprudência, imperícia e negligência do piloto". Há preocupação dos indígenas e Funai com as rotas de navegabilidade e relatórios atrasados da NE</p>	<p>NE informará nova data para vistoria com os indígenas de três rotas já feitas e outras três que faltam. As informações de datas e informações do relatório serão repassadas via rádio</p> <p>Funai cobra monitoramento dos possíveis danos e durabilidade das embarcações. Serão monitorados anualmente.</p>
<p align="center">2ª reunião ordinária, abril de 2013</p> <p>Não aconteceu por falta de quórum.</p>	Funai sugeriu fazer reunião de caráter informativo.
<p align="center">Reunião informativa de abril de 2013</p> <p>1. STE: NE-EPBM apresentam o STE, estatísticas dos primeiros testes, e faz referência ao boletim informativo mensal da obra datado de março de 2007 sobre sinalização. Esclarecem que a cartilha de orientações só será elaborada após aprovação da capitania dos portos com o aviso aos navegantes. A sinalização definitiva só será feita no momento do fechamento total do rio e funcionamento do vertedouro.</p> <p>2-Atracadouro: Funcionário da Leme Engenharia apresenta projeto do atracadouro a montante do barramento. Funai e indígenas citam reunião de 4 de setembro de 2012 em que foi acordada a construção de dois portos próximos ao STE. Leme comunica que NE definiu apenas um porto acima, já que embaixo há dificuldades pelo espaço disponível e oscilação da vazão. Há preocupações dos indígenas pelos danos às embarcações no STE e a demora na transposição com o aumento do fluxo de embarcações.</p> <p>3-Rotas de navegabilidade: Apresentação do resultado do estudo das rotas, com a ressalva que alguns pontos propostos pelos indígenas não podem ser estudados até o verão. NE deixa caderno de rotas de navegabilidade na aldeia Muratu por ser "quem mais utiliza esses pontos"</p>	<p>NE sugeriu que fosse encaminhado, pelos membros do comitê, proposta justificando necessidade de porto à jusante do STE.</p> <p>Representante Arara sugeriu marcar data para verificar pontos críticos de navegação no Verão. Não atendida.</p>

<p align="center">3ª reunião ordinária, em dezembro de 2013.</p> <p>Perante as dúvidas sobre o atracadouro e STE, NE justifica a ausência da EBPM por falta de proposta dos indígenas e comunica que o tema atracadouro está no boletim informativo mensal do PCI.</p> <p>Jalison Juruna diz que a vistoria para identificar rotas de segurança ainda não foi realizada. O acompanhamento ao monitoramento da qualidade da água só aconteceu uma vez e não receberam relatórios, e a sinalização da navegação é feita apenas próxima ao STE. Marino Juruna não concorda com relatório de durabilidade de embarcações e não receberam estudos nas aldeias e esclarecimentos sobre dúvida levantadas. Pedem para registrar que "Os indígenas membros do comitê informam que gostariam que aos acordos firmados nas reuniões sejam cumpridos"</p>	<p align="center">(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p align="center">4ª reunião ordinária, fevereiro de 2014</p> <p>Representante da Agrar Engetec (executora do programa de supervisão ambiental, PSA PO/PBA-CI) responde questionamentos sobre funcionamento do STE.</p> <p>Rotas: Os indígenas questionaram as rotas. Ainda não há vistoria completa. sugere fazer no segundo semestre de 2014 na seca. Indígenas e Funai sugerem fazer na cheia também, em abril. Questiona-se a navegação de embarcações maiores a jusante e se haverá seguro contra danos às embarcações pelo STE.</p> <p>Atracadouros: Agrar Engetec dia que a ideia de atracadouro a do barramento Pimental foi estudada e a conclusão é que é inviável pela variação do nível da água e presença das pedras. Representante Arara insiste em que o atracadouro é importante já que as embarcações pequenas não poderão trafegar na área do reservatório. Sobre o atracadouro a montante Funai e indígenas questionam aspectos de segurança e transposição de cargas, Agrar responde "todas as questões logísticas do atracadouro ainda precisam ser definidas".</p> <p>Durabilidade de embarcações: Representante da Agrar apresenta dados da Leme (ausente na reunião). Barcos de madeira 10 a 15 anos, precisando de calafetação cada 2 anos e pequenos reparos anualmente, acrescentando "não sabe se a transposição afetará a calafetação".</p>	<p>Representante da Agrar se compromete a verificar se podem ser feitas vistorias com indígenas em abril. Sugere datas para vistoria do verão entre 20 de set e 20 de outubro. Agrar sugere aos membros do comitê fazer uma melhor definição da demanda do atracadouro incluindo um levantamento das voadeiras das aldeias.</p>
<p align="center">5ª reunião ordinária, maio de 2014.</p> <p align="center">(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p align="center">6ª reunião ordinária, dezembro de 2014</p> <p>Representante da empresa supervisora dos monitoramentos, Leme, apresenta modelagem da navegação no Trecho da Vazão Reduzida, informando 5 pontos críticos, o mais importante é a Precata no Rio Bacajá, "no próximo RCS será finalizada a modelagem". Representante Juruna pede para acrescentar 2 pontos de navegação importantes para os indígenas.</p> <p>Os indígenas e Funai denunciam a presença de canos e resíduos da obra no rio. Há receio com relação aos resíduos gerado pela supressão vegetal das ilhas. Representante da Leme diz que NE é obrigada a retirar todos os resíduos.</p>	<p>Representante da Leme disse que iria verificar os dois pontos críticos de navegação para os Juruna e que não estavam na modelagem apresentada</p>

<p align="center">Tema: Monitoramento das Condições de vida das populações da Volta Grande do Xingu</p>	
<p align="center">Discussão</p>	<p align="center">Encaminhamentos</p>

<p align="center">Reunião de criação do Comitê, novembro de 2012</p> <p>Houve uma apresentação dos programas de monitoramento pela Leme Engenharia. Demanda Juruna pela existência de programas específicos para a Volta Grande do Xingu. Queixa da falta de água potável na aldeia Furo Seco.</p>	<p>Pedir ao DSEI que solicite à NE a instalação de poço.</p>
<p align="center">1ª Reunião Ordinária CVR, dezembro de 2012</p> <p>Os indígenas manifestam preocupação com a qualidade da água e pedem indenizações. Mencionam reunião com a Norte Energia em 12 de dezembro como insuficiente e solicitam nova reunião em Brasília com diretores da NE. Representante da NE diz que assim que os monitoramentos começarem NE fará levantamento para indenizações. Representante da Leme Engenharia fala que os dados são similares aos do ano passado "inclusive possibilitando a pesca". Técnico da NE apresenta dados de turbidez desde o EIA e ano de 2011. Preocupação com aumento de mosquitos.</p>	<p>Demanda não resolvida e ameaça de invasão de enseadeiras caso não tenham respostas sobre a qualidade da água.</p> <p>Pré-agendada reunião com os diretores da NE em janeiro de 2013.</p>
<p align="center">2ª Reunião ordinária, abril de 2013</p> <p>Não aconteceu por falta de quórum.</p>	<p>Funai sugeriu realizar reunião informativa.</p>
<p align="center">Reunião Informativa, abril de 2013.</p> <p>Representante da Leme informa avanços no monitoramento de 400 peixes de 4 espécies sendo que 200 já tem aparelho de rastreamento. Explica a importância destas informações para monitorar o sistema de transposição de peixes. Acrescenta que a empresa que estuda as rotas de migração é a NEOTROPICAL que pensa fazer campanhas e Boletim informativo posteriormente.</p>	<p>Leme sugere convidar pessoas do programa de monitoramento para próxima reunião. Informa localização de antenas para monitoramento de peixes. Representante da Fundação Nacional do Índio, Funai, sugere que as informações da NEOTROPICAL sejam cruzadas com os dados do EIA e apresentadas pela NEOTROPICAL no próximo comitê.</p>
<p align="center">3ª Reunião ordinária, dezembro de 2013</p> <p align="center">(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p align="center">4ª Reunião ordinária, fevereiro de 2014</p> <p>Representante da Leme apresenta métodos de coleta do programa de monitoramento da qualidade da água. Indígenas questionam dados da turbidez da água em pontos próximos das terras indígenas, respondido que valor está dentro dos parâmetros da resolução 375 Conama. Funai questiona que mesmo dentro da resolução pode afetar a pesca ornamental conforme descrito pelos indígenas.</p> <p>Monitoramento ictiofauna: representante da Agrar Engetec, executora do Programa de Supervisão Ambiental do PBA, apresenta dados e objetivos do programa. É questionada pelos indígenas pela ausência de monitoramento em frente às aldeias da TI Arara da VGX. Foi solicitado o histórico desses 4 pontos de monitoramento. Os indígenas solicitaram a inclusão de mais 2 pontos, um entre as TIs e outro no rio Bacajaí. Questionada acerca da comparação de dados com relação ao EIA, a representante de Agrar Engetec disse que só foi comparada a riqueza de espécies.</p>	<p>Funai sugere que o comitê faça solicitação à NE para acrescentar novos pontos de monitoramento.</p> <p>Representante Juruna da aldeia Muratu solicita apresentação de dados de cada ponto de monitoramento na Volta Grande e não apenas os valores consolidados do monitoramento.</p>
<p align="center">5ª Reunião ordinária, maio de 2014</p> <p align="center">(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	

<p style="text-align: center;">6ª reunião ordinária, dezembro de 2014</p> <p>Preocupação dos Juruna com relação à previsão de não adaptação de espécies como Curimatã, entre outras: como os peixes vão subir o Bacajá se vai estar reduzido? como avaliam a influência da claridade do canteiro nas comunidades, na pesca e caça?. É esclarecido que o monitoramento da ictiofauna não coleta necessariamente as espécies usadas pelos indígenas, mas todas.</p> <p>Houve também manifestação das preocupações pela combinação de impactos de Belo Monte e Belo Sun. O representante da Leme responde "os monitoramentos realizados desde 2012 permitem ter um registro muito próximo da realidade de como é o Xingu atualmente e o que vai ser com o empreendimento da NE. Acredito que o órgão licenciador da Belo Sun vai também exigir monitoramento por parte dela. Belo Sun esta previsto para finalizar em 2017, quando BM estará com a barragem fechada (...) a natureza dos impactos são diferentes".</p> <p>Zé Carlos Arara demonstra muita preocupação pela perda de vazão para os indígenas, o número de pessoas nas aldeias e rios aumentou e isso já é um impacto.</p> <p>Técnico da NE informa que o modelamento matemático sobre a temperatura da água na Vazão reduzida ficará em torno de 28°C a 32°C, "ou seja, irá se comportar como hoje".</p> <p>Indígenas manifestaram preocupação com a turbidez do rio na construção da enseadeira. Representante Arara da aldeia Guary-Duan questiona possível alteração da qualidade da água por efeito da supressão vegetal das ilhas. Há descontentamento com frequência de monitoramento da vazão a cada 3 meses, pois não reflete os eventos que observam diariamente na qualidade da água do rio. Insistem na necessidade de poço na aldeia Terrawangã, TI Arara VGX.</p> <p>Representante da Leme responde "a modelagem mostrou que não haveria problemas com a qualidade da água".</p> <p>Os Juruna mostram preocupação com migração de animais e peixes e sugerem colocar chips na caça para ver se eles estão por ai ainda, acredita que os porcos estão migrando para outros lugares.</p> <p>Há ainda questionamentos de porque os pescadores ribeirinhos foram cadastrados e os indígenas não. A Funai também questiona porque não é feito o estudo com indígenas. Representante da aldeia Muratu insiste em incluir indígenas no cadastramento.</p>	<p style="text-align: center;">(não há registro de encaminhamentos)</p>
--	---

Tema: Monitoramento da pesca	
Discussão	Encaminhamentos
<p style="text-align: center;">Reunião de criação do Comitê, novembro de 2012.</p> <p>Apresentação do programa de monitoramento da atividade pesqueira pela Leme empresa executora da coordenação de monitoramentos. Queixas dos Juruna manifestando que a iluminação e as explosões nos canteiros de obras têm afugentado a pesca e a caça.</p>	<p>Leme responde que nas reuniões do Comitê virão especialistas para falar desses assuntos</p>
<p style="text-align: center;">1ª reunião ordinária, dezembro de 2012</p> <p>Os indígenas se queixam que o escurecimento da água e sujeira estão impactando a pesca. Indefinição de método e critérios de valoração dos impactos da pesca já que não é monitorada como atividade econômica</p>	<p>Norte Energia disse que assim que identificados impactos serão compensados em forma ainda a ser definida</p>
<p style="text-align: center;">2ª reunião ordinária, abril de 2013</p> <p>Não aconteceu por falta de quórum.</p>	<p>Funai sugeriu realizar reunião informativa.</p>

<p>Reunião Informativa, maio de 2013</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p style="text-align: center;">3ª Reunião ordinária, dezembro de 2013</p> <p>Registra-se que os indígenas "não receberam nenhum relatório sobre o monitoramento de pesca e que o cadastro de pescadores indígenas realizado pela Leme não foi finalizado"</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p style="text-align: center;">4ª Reunião ordinária, fevereiro de 2014</p> <p>Os indígenas Juruna solicitam pautar monitoramento de caça na reunião. Representante Arara acrescenta que "a claridade e as explosões influenciaram na diminuição da fauna que eram anteriormente caçadas"</p> <p>Funai pede para registrar que "mais uma vez não foi discutida a questão dos prejuízos relativos à atividade pesqueira dos indígenas e a demanda por uma valoração de uma indenização"</p>	<p>(não há registro de encaminhamentos)</p>
<p>5ª Reunião ordinária, maio de 2014</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	

6ª reunião ordinária, dezembro de 2014

Indígenas questionam o que está acontecendo com a pesca. Representante da Leme explica que está sendo monitorado o pescado em Altamira há três anos e "não foi registrado nenhum evento diferente ao normal" está sendo registrado um acréscimo de pescadores nas áreas. Representante Juruna solicita levantar quantos pescadores existiam antes da barragem. "Um pescador poderia pegar 40-50 pacus, agora nem a comunidade toda junta pesca isso".

Indígenas Juruna questionam localização de pontos de monitoramento e insistem em fazer e apresentar análises específicas da VGX e não do todo. Representantes Arara insistem na necessidade de monitoramentos nas TIs e especialmente no rio Bacajá que vai ter a cachoeira Jericoa intransponível. Insistem na pergunta à NE sobre o impacto da claridade nas aldeias por efeito da iluminação dos canteiros de obras.

Há preocupação igualmente com a fauna dos lugares que sofrem supressão vegetal "Onde estão sendo soltos os animais?" e "Quanto tempo os animais ficam presos?". Representante Juruna diz que não é feito acompanhamento do monitoramento da caça pelo PSA e representante da Agrar responde que "o monitoramento está previsto para peixes e tacajás".

Manifestam insatisfação pela falta de monitoramentos específicos para tucunaré, matrinxã e outras espécies de consumo e venda no Xingu.

Representante da Funai insiste que já foi colocado várias vezes em outras atas a necessidade de novos pontos de monitoramento, e esclarece que para isso acontecer é preciso a NE propor e Ibama aprovar.

Técnico da NE disse que já foi apresentado nas comunidades o programa de pesca sustentável. Os indígenas vem discordando dos dados que mostram que na bacia como todo não há diminuição de peixes.

Pesca ornamental. Representante de Paquiçamba questiona a metodologia dos monitoramentos do PGTI por ter pouco tempo na aldeia, 5 dias por mês.

Acrescenta que se há impacto nos peixes ornamentais deve haver compensação.

Agrar Engetec menciona projeto de aquicultura para reproduzir esses peixes em cativeiro. Representantes Arara e Juruna propõem visita ao laboratório.

Representante da aldeia Muratu questiona: "se NE esta criando peixe zebra, onde os indígenas entram para tirar a sua renda? (...) peixe zebra só tem na VGX. se a criação der certo tem que ser repassada aos indígenas a tecnologia de criação". Representante da NE diz que a ideia é criar planos pilotos e repassar aos índios as técnicas. Representante Juruna questiona que se perderem a pesca artesanal serão recompensados? Diz que pesca no mergulho e a turbidez atrapalha e destaca que a compensação está garantida no PBA, que qualquer impacto deverá ser compensado. Insiste em monitoramento específico da VGX. Pergunta se há monitoramento dos peixes ornamentais e o representante da Agrar diz que sim, e que está sendo acompanhado desde 2010 pela UFPA em parceria com o Ministério da Pesca.

Coordenadores do programa de monitoramento participativo dentro do Programa de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (PGTI) executado pela Verthic explicam que a metodologia foi definida conjuntamente e que os dados são entregues periodicamente nas comunidades, por isso ficou definido 5 dias por aldeia. O monitoramento vai até 2017 e serve de referência aos impactos futuros. Sobre o número de dias o profissional da Verthic diz que se o monitoramento for por um ano, 5 dias não é ideal, mas para 5 anos, até 2017, é suficiente. O monitoramento também pode continuar sendo feito pelos indígenas. Na TI Arara da VGX o ingresso foi apenas autorizado no subcomitê da VGX e o início do monitoramento será em janeiro de 2015.

Representante da Funai faz leitura de carta de reivindicação que menciona as espécies importantes que não estão sendo monitoradas. Representante da Agrar Engetec do Programa de Supervisão Ambiental explica que o estudo de hábitos alimentares era feito com 6 espécies, mas a está sendo ampliado para 40 espécies.

A representante da Funai lê outro trecho da carta que diz: "gostaríamos de rediscutir os métodos de monitoramento já que as espécies mais importantes não aparecem". Representante da NE diz que já tem 3 anos de monitoramento, por isso é difícil alterar metodologia. Indígenas sugerem que o método incluía técnicas que eles usam.

Os indígenas se queixam de vários sítios de pesca que já perderam a montante e jusante.

Leme concorda com a possibilidade de apresentar análise específica só do Trecho de Vazão Reduzida, TVR.

NE irá informar à Funai sobre mapeamento de soltura de fauna com orientação para não soltar perto da TI.

Representantes do Programa de Supervisão Ambiental (PSA) tentarão agendar visita ao CAVE para conhecer o laboratório e as pesquisas sobre peixes ornamentais.

É solicitada a lista de pescadores indígenas para aplicar entrevistas sobre pesca.

Representante da Norte Energia lembra que a inclusão de novos pontos de monitoramento terá que entrar no procedimento de licenciamento e essa solicitação encaminhada ao IBAMA. Representante da NE informa que o comitê terá que fazer uma nota técnica e encaminhar para o IBAMA sugerindo inserção desse ponto.

Tema: Programa de Monitoramento de Quelônios	
Discussão	Encaminhamentos
<p>Reunião de criação do Comitê, novembro de 2012</p> <p>Funai sugere colocar os programas a serem monitorados no regimento, e a sugestão é aceita pela NE.</p>	(não há registro de encaminhamentos)
<p>1ª Reunião ordinária, dezembro de 2012</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p>2ª reunião ordinária, abril de 2013</p> <p>Não aconteceu por falta de quórum.</p>	Funai sugeriu realizar reunião informativa.
<p>Reunião Informativa, abril 2013</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p>3ª Reunião ordinária, dezembro de 2013</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p>4ª Reunião ordinária, fevereiro de 2014</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p>5ª Reunião ordinária, maio de 2014</p> <p>(o tema não foi levantado nesta reunião)</p>	
<p>6ª Reunião ordinária, dezembro de 2014</p>	<p>Ficou encaminhado apresentações da NE sobre o programa quelônios e tracajás. NE solicita apresentar primeiro nas aldeias e responder sobre dúvidas levantadas na próxima reunião do CVR. Indígenas concordam</p>

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Implementação do Comitê da Vazão Reduzida (CVR)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica sintetiza as referências aos principais temas no escopo de monitoramento do CVR, nas suas diferentes reuniões.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

No Comitê Indígena para controle e monitoramento da Vazão Reduzida no Trecho da Volta Grande do Rio Xingu, CVR discutem-se aspectos relacionados ao Programa de Gestão Integrada da Volta Grande, do Plano Básico Ambiental, e do Programa de Supervisão Ambiental do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PSA/PBA-CI) . É importante acompanhar, nas fases de instalação e de operação, como são discutidos os diferentes temas monitorados, incluindo as percepções indígenas sobre os diferentes impactos e a execução e eficácia das ações de mitigação/compensação propostas e/ou sugeridas ao longo do processo.

Caracterização da participação dos membros e convidados nas reuniões

Situação em setembro de 2015		
Caráter	Participantes	Descrição
Membros	Funai	A representação da Funai no comitê foi composta por representante da Coordenação de Licenciamento (CGLic) como titular e da Coordenação Regional (CR) Centro Leste do Pará como suplente entre as Reuniões Ordinárias (RO) 1 e 4. A partir da RO5, de maio de 2014, a representação oficial ficou a cargo da CR Centro Leste do Pará. Na RO1 não houve participação dos membros titulares, mas de uma funcionária da CR, e na RO6 foi acompanhada por um Procurador da Funai.
	Norte Energia (NE)	A representação é feita por funcionários da Superintendência de Assuntos Indígenas(SAI) sendo que o representante da Norte Energia foi também secretário do CVR entre as RO1 e RO6 quando foi substituído por um indígena Juruna. Em geral, além dos representantes oficiais, outros funcionários da SAI sempre acompanham as reuniões. NE é responsável pela logística das reuniões.
	TI Paquiçamba	As três aldeias Juruna da TI Paquiçamba tem representação no CVR: <i>Aldeia Paquiçamba:</i> Destaca-se pela constância na representação e o atendimento a todas as reuniões. O representante titular de Paquiçamba foi eleito por votação como secretário do CVR na RO6 <i>Aldeia Muratu:</i> Destaca-se a participação ativa dos seus representantes e a ausência em apenas uma reunião. <i>Aldeia Furo Seca:</i> Nova aldeia Juruna. Destaca-se a participação ativa dos seus representantes e a ausência em apenas uma reunião.
	TI Arara da Volta Grande do Xingu	As duas aldeias Arara da Volta Grande do Xingu tem representação no CVR: <i>Aldeia Terrawangã:</i> Destaca-se a participação ativa dos seus representantes nas reuniões e também a ausência em sessões do comitê. <i>Aldeia Guary-Duan:</i> Destaca-se a participação ativa dos seus representantes nas reuniões ainda que a sua presença é inconstante, com ausência em quatro das sete reuniões.
Convidados	Leme Engenharia	Empresa contratada pela Norte Energia responsável pela coordenação dos monitoramentos dos meios físico e biótico do PBA, incluindo o Plano de Gestão Integrada da Volta Grande do Xingu. Representantes da empresa estiveram presentes nas primeiras três reuniões R1, R2 e RI. A ausência da Leme nas RO3, RO4 e RO5 foi motivo de pauta pois os indígenas reivindicaram insistentemente a sua presença para prestar esclarecimentos sobre os detalhes dos monitoramentos. Representantes da Leme voltaram a participar da RO6.
	EBPM	EBPM empresa responsável pela construção do Sistema de Transposição de Embarcações participou da RO1 e RO2
	Verthic [1]	Empresa contratada pela Norte Energia para executar programas conforme Plano Operativo do PBA-CI e participa como convidada desde a RO3, quando a empresa inicia atividades de campo. O PGTI desenvolve atividades de monitoramento participativo de caça e pesca nas TI Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu.

	Agrar/Engetec	Agrar/Engetec, empresa contratada pela Norte Energia para executar os programas de Supervisão Ambiental, PSA, e Programa de Atividades Produtivas, PAP, conforme Plano Operativo do PBA-CI participa como convidada desde a RO3 quando iniciou atividades de campo.
--	---------------	---

NOTA TÉCNICA - 2015:

(1) A Verthic executou os Programas de Gestão, Programa de Gestão Territorial Indígena, Programa de Fortalecimento Institucional, Programa de Educação Escolar Indígena, Programa Integrado de Saúde Indígena, Programa de Patrimônio Cultural.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Articulação

Indicador: Articulação entre os atores participantes

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Regimento interno do CVR, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Plano Operativo acerca dos Planos, Programas e Projetos do PBA-CI e Plano Básico Ambiental - Componente Indígena

Palavras-chave: articulação institucional, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica resume a participação de diferentes atores no CVR.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O escopo do CVR envolve uma população com importantes diferenças étnicas, e de experiências de contato e modos de relação com a sociedade envolvente, representações da Funai, Norte Energia e membros convidados. É importante descrever sucintamente a articulação destes diferentes atores no CVR.

Descrição da adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Situação em setembro de 2015

A adequação do CVR aos povos indígenas participantes, do ponto de vista do local onde as reuniões são realizadas, tem sido assunto de constante discussão no âmbito do comitê. No regimento interno ficou definida a realização das reuniões ordinárias do comitê preferencialmente nas aldeias. Durante o primeiro ano de funcionamento, entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, foram realizadas quatro reuniões ordinárias, rotativamente entre as aldeias Muratu, Paquiçamba, Furo Seco (TI Paquiçamba) e Terrawangã (TI Arara da Volta Grande do Xingu). No ano 2014 foram realizadas três reuniões ordinárias em Altamira. Em 2015 não houve ainda (até fim de setembro) reuniões ordinárias ou extraordinárias do Comitê, em parte por desentendimentos sobre o local a serem realizadas.

Em todas as reuniões de 2014, houve questionamentos à Norte Energia (NE) pelo fato de terem marcado a realização da reunião fora da aldeia. Na reunião ordinária 4, realizada na sede do Programa de Comunicação Indígena da NE em Altamira, a representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) e os indígenas Juruna e Arara da VGX questionaram a falta de planejamento da NE para providenciar transporte adequado, seja fluvial ou terrestre, para a realização da reunião nas aldeias, e também pelo fato de ter mudado o local e informado à Funai e indígenas apenas na véspera da reunião; os indígenas solicitaram receber diárias caso as reuniões fossem marcadas fora das aldeias. A 5ª reunião, foi marcada pela NE no Hotel Castelo, próximo a Altamira. Foi repetida a mesma solicitação que as reuniões fossem nas aldeias e no caso de serem na cidade fossem pagas diárias aos membros. Foi acertada a realização de reunião extraordinária na aldeia Muratu. Na 6ª reunião ordinária, no Hotel Castelo, novamente houve queixas pela não realização da reunião nas aldeias e os indígenas repetiram a demanda de pagamento de diárias.

A 7ª reunião ordinária, que seria a primeira de 2015, foi marcada com antecedência de um mês para realização na aldeia Terrawangã dos Arara da Volta Grande. Foi contudo remarçada pela NE para realização no Hotel Castelo em 13/08/2015. Os indígenas novamente apresentaram a sua discordância pela mudança de data e local e solicitaram diárias pelo deslocamento. NE e indígenas acordaram o pagamento de diárias e a reunião foi remarçada para a aldeia Muratu para 19/08/2015. Contudo, a reunião na aldeia não aconteceu por falta de quórum - não comparecimento dos representantes titulares das aldeias Terrawangã e Guaryduan (TI Arara VGX) da Aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba) e da Norte Energia.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Critérios e Demandas

Indicador: Adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR e Indígenas da aldeia Muratu (TI Paquiçamba)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, questões indígenas e participação social

Descrição:

A métrica descreve a adequação do CVR aos povos indígenas participantes.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

O contexto multiétnico e de diferentes experiências de contato e relação com a sociedade envolvente estabelecidas pelos povos indígenas na área do Trecho da Vazão Reduzida na Volta Grande do Xingu, colocam um desafio para o CVR como espaço de monitoramento e controle do Trecho da Vazão Reduzida. É importante acompanhar a forma como o CVR se adequa às particularidades dos diferentes povos indígenas na procura de gerar uma mais ampla participação e cumprimento dos seus objetivos.

Sistematização e disponibilização das informações

Situação em setembro de 2015

As atas e regimento interno do CVR são disponibilizadas em formato digital como anexo do capítulo correspondente ao Programa de Supervisão Ambiental nos relatórios consolidados semestrais de andamento das ações dos programas do PBA-CI no site do Ibama.

Contudo, os indígenas frequentemente questionam não terem cópias das atas a tempo para conhecimento dos membros da aldeia e que os encaminhamentos não são claros ou são difíceis de acompanhar.

Os Xikrin demandam serem informados das transformações da Volta Grande e Trincheira Bacajá, por não participarem do CVR. As informações e participação no monitoramento e controle do Trecho da Vazão Reduzida são igualmente de difícil acesso para as populações não aldeadas da Volta Grande do Xingu

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Controle social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Lideranças Arara, Lideranças Juruna e Lideranças Xikrin

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Arara da Volta Grande, questões indígenas e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve a sistematização e disponibilização de informações do CGI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

A sistematização e disponibilização das informações são aspectos chaves para fazer com que as discussões e decisões tomadas no CGI sejam apropriadamente registradas e os encaminhamentos acompanhados ao longo do tempo.

Demanda de informações sobre a Vazão Reduzida nos comitês (CVR e CGI) e das aldeias

Situação em setembro de 2015

1. Preocupação com monitoramentos ambientais adequados dos impactos a jusante do barramento Pimental.

Preocupações Xikrin com impactos e falta de monitoramento na TI Trincheira Bacajá (RO2, mar 2014).

Queixas dos Juruna por que a empresa coordenadora dos monitoramentos não comparece às reuniões do Comitê do Trecho da Vazão Reduzida, CVR (RO4, dez 2014)

Preocupação com descontinuidade nos monitoramentos é colocada e pauta pela Funai, Juruna e Arara VGX (RO3, ago. 2015)

2. Abrangência do PBA-CI

Participação de ribeirinhos da Volta Grande do Xingu nos programas de mitigação de impactos (demanda presente em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI)

3. Subsistência e mudança de modos de vida a jusante do barramento Pimental

Preocupações com a pesca e com problemas na execução dos projetos de subsistência do Programa de Atividades Produtivas (RO2 mar 2014; RO3 jul. 2014; RO4 dez 2014; RE3 ago. 2015)

4. Recomposição da Infraestrutura Vial

Demanda por construção e reformas e manutenção de acessos terrestres na TI Trincheira Bacajá (TITB) e Arara VGX dada afetação da navegabilidade nos rios Xingu e Bacajá.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Controle social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, Transparência e acesso à informação, TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande e TI Trincheira Bacajá

Descrição:

A métrica reúne referências a temas do escopo do CVR, tratadas no CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A demanda por informações sobre as mudanças na Volta Grande e os programas para seu monitoramento ultrapassam o espaço do CVR e são mencionadas em outros espaços de controle social. É importante acompanhar como aparecem as demandas por informações e ações do escopo do CVR em outros espaços, como o CGI.

Fluxo de demandas e comunicação de encaminhamentos e informações entre aldeias, subcomitês na Volta Grande do Xingu (VGX), TITB e CVR

Situação em setembro de 2015

Questões relativas ao escopo do CVR foram também objeto de discussão nos comitês e subcomitês de acompanhamento das ações do PBA-CI: o subcomitê da Volta Grande do Xingu (VGX) e o subcomitê da Terra Indígena Trincheira Bacajá (TITB).

Na *primeira reunião ordinária do subcomitê VGX*, em outubro de 2014, os Juruna manifestam descontentamento com o fato da empresa Leme Engenharia (coordenadora dos programas de monitoramento do PBA), não comparecer ao CVR, contam que marcaram reunião do CVR na cidade porque a Leme não ia na aldeia e mesmo assim não assistiram à reunião. “Os indígenas estão vendo vários problemas do monitoramento da Leme, tentam discutir esses assuntos e a Leme só enrola.”

Na *segunda reunião ordinária do subcomitê VGX*, em Junho de 2015, representante da empresa Agrar/Engetec (executora do Programa de Supervisão Ambiental, PSA do PBA-CI) explica que a empresa não faz monitoramentos, apenas faz levantamento dos questionamentos para levar ao CVR. Orienta a que a discussão se o monitoramento do PBA tem problemas seja discutido no CVR.

Na *primeira reunião ordinária do subcomitê da TITB*, em outubro de 2014, os Xikrin demonstram angústia e pedem informação sobre o que vai acontecer no Rio Bacajá, solicitam monitoramento do nível da água, caça e pesca na TITB. Os Xikrin demonstram interesse em começar monitoramento participativo com a empresa Verthic, (executora de programas do PO/PBA-CI, entre eles o Programa de Gestão Territorial Indígena, PGTI que contempla o projeto de monitoramentos participativos).

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Controle social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Lideranças Arara, Lideranças Juruna, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI e Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, questões indígenas e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica reúne as referências a demandas de informações e comunicação de encaminhamentos nos subcomitês da Volta Grande do Xingu e Terra Indígena Trincheira Bacajá.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A demanda por informações sobre as mudanças na Volta Grande e os programas para seu monitoramento ultrapassam o espaço do CVR e são mencionadas em outros espaços de controle social. É importante acompanhar como aparecem as demandas por informações e comunicação de encaminhamentos no escopo do CVR em outros espaços como os subcomitês da Volta Grande e Terra Indígena Trincheira Bacajá.

Envolvimento dos indígenas e ribeirinhos na definição e revisão do hidrograma de consenso no Trecho da Vazão Reduzida

Situação em setembro de 2015
Criação do Comitê, novembro de 2012. Representante da Leme Engenharia (coordenadora dos programas de monitoramento PBA) faz uma breve explicação do termo "hidrograma ecológico" com relação ao ponto 2 do regimento interno. Por sugestão da representante da Funai, no regimento incluiu-se uma breve definição do hidrograma ecológico além de explicitar os diferentes programas relacionados ao seu monitoramento.
1ª Reunião ordinária, dezembro de 2012. Representante da Funai observa pouca relação entre critérios de pesquisa de monitoramento, não ajustados com os indígenas. Juruna pedem cópia dos monitoramentos nas aldeias, sempre que realizados.
Reunião Informativa, abril 2013. Representante de Paquiçamba pergunta se haverá cheia no Rio Bacajá. Foi respondido que sim.
3ª Reunião ordinária, dezembro de 2013 (o tema não foi levantado nesta reunião)
4ª Reunião ordinária, fevereiro de 2014. Indígenas solicitam informação de monitoramento desde 2011 com dados de turbidez e nível da água. Funai questiona que técnicos da empresa responsável, Leme Engenharia, não estão presentes.
5ª Reunião ordinária, maio de 2014 (o tema não foi levantado nesta reunião)
6ª Reunião ordinária, dezembro de 2014. Técnico da Norte Energia (NE) apresenta o hidrograma ecológico. Representante da Leme responde os questionamentos. Representante de Paquiçamba se preocupa em que a vazão reduzida seja como as secas históricas e é respondido que haverá novos ciclos de seca/cheia e que a ideia é "imitar a natureza só que com menos água". Representante Arara questiona qual é a garantia que a NE irá fazer isso e não privilegiar o lucro. É respondido que a forma de funcionamento da VGX foi aprovada em documento da Agência Nacional de Águas (ANA) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); outra garantia é a obrigação por seis anos de fazer monitoramentos para avaliar os impactos. Representante Arara demonstra descrédito com relação às garantias explicadas: "o que ocorreu na oitiva faz com que eles não descartem a hipótese de ocorrer novamente". Representante da NE fala também do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu que irá até 2025. Representante da Funai questiona sobre a alternância entre os dois hidrogramas A e B. É respondido pela Leme: o que foi aprovado na ANA é que se trabalhará com 2 hidrogramas. Um ano se trabalha com vazão máxima de 4000 m ³ /s e no ano seguinte terá que garantir 8000 m ³ /s.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Controle social

Indicador: Participação social

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá, questões indígenas, participação social e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve as referências à participação indígena com relação ao estabelecimento do hidrograma de consenso.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

A primeira das condicionantes elencadas no Parecer 21 da Funai para a licença Prévia da UHE Belo Monte considera o empreendimento

viável, se "(a) As mudanças sugeridas no EIA sejam rigorosamente implementadas, observando as questões e peculiaridades indígenas, especificamente sobre a necessidade de um hidrograma ecológico, que seja suficiente para permitir a manutenção dos recursos naturais necessários a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Em outras palavras, que o hidrograma ecológico (em especial os limites mínimos estipulados) considerado viável pelo Ibama permita a manutenção da reprodução da ictiofauna do Xingu e o transporte fluvial até Altamira, em níveis e condições adequados, evitando mudanças estruturais no modo de vida dos Juruna de Paquiçamba e dos Arara de Volta Grande podendo levar ao eventual deslocamento de suas aldeias" (p.94) É importante acompanhar como no CVR o tema da viabilidade do hidrograma de concenso é tratada.

Projetos de monitoramento existentes na VGX e TITB e fluxo de informações para o CVR

Programas / Responsáveis	Situação em setembro de 2015
Programas de Monitoramento do PBA na VGX / Norte Energia	Discussões no CVR
Programa de Gestão de Recursos Hídricos. Destaca-se especialmente o programa específico "Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade de Seções do TVR"	Não apresentado no CVR
Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres: entre eles os projetos de monitoramento da herpetofauna, avifauna, mamíferos terrestres, quirópteros, fauna subterrânea.	Não apresentado no CVR. Demanda por informação e ações de monitoramento da caça. Metodologias de monitoramento questionadas pelos indígenas.
Programa de Compensação Ambiental: Projeto de criação de unidades de conservação	Não apresentado no CVR
Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu: projeto de Acompanhamento das atividades minerais, monitoramento da atividade garimpeira; monitoramento das condições de navegabilidade e das condições de vida; monitoramento do Sistema de Transposição de Embarcações; monitoramento das condições de vida das populações da Volta Grande.	Não apresentado integralmente no CVR. Discutidos os resultados da modelagem da navegação no TVR e funcionamento do STE. Questionamentos dos indígenas pois consideram que a atividade pesqueira não está sendo bem monitorada na Volta Grande.
Projeto de Recomposição da Infraestrutura Vial	Não mencionado no CVR. Questionamentos dos Xikrin sobre acessos às aldeias são frequentes no subcomitê da Trincheira Bacajá e no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI.
Programas de Monitoramento do PBA-CI na VGX / Norte Energia	Discussões no CVR
Programa de Gestão Territorial Indígena: constituído a partir dos projetos de Planejamento e Apoio à Gestão Compartilhada; Projeto de Monitoramento Territorial e Projeto de Conservação Territorial	Mencionado especialmente o projeto participativo de monitoramento da pesca e a caça.
Programa de Supervisão Ambiental: Projeto de coordenação da supervisão ambiental; Projeto de acompanhamento do plano de conservação de ecossistemas terrestres; projeto de acompanhamento ao plano de conservação dos ecossistemas aquáticos; programa de acompanhamento ao plano de gestão dos recursos hídricos; Programa de acompanhamento do plano de gestão integrado da volta grande do Xingu.	Programas não apresentados integralmente no CVR. Consultores respondem dúvidas dos indígenas e se remetem a coordenação de monitoramentos (Leme Engenharia) pautas e dúvidas que devem ser melhor esclarecidas.
Programa Xingu, Instituto Socioambiental (ISA)	Discussões no CVR

<p>Monitoramento aos impactos na pesca na área de influência da UHE Belo Monte no Xingu, UFPA e ISA</p>	<p>Não apresentados integralmente no CVR. O conteúdo de uma carta dos indígenas denunciando problemas no monitoramento (ago. 2014), foi levada à 6ª reunião ordinária do CVR (dez.2014) pela representante da Fundação Nacional do Índio, pautando os questionamentos à Leme e NE sobre problemas nas metodologias e inserção de novos pontos de amostragem.</p>
---	--

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Acompanhamento das transformações sociambientais na VGX

Indicador: Projetos de monitoramento.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Instituto Socioambiental (ISA), Sistema de Informações Geográficas (SIG) das Terras Indígenas do Médio Xingu, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Lideranças Arara, Lideranças Juruna, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Francesco, Ana De; Carneiro, Cristiane. Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015 e Universidade Federal do Pará (UFPA)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica enumera os diferentes programas e projetos de monitoramentos sociambientais e sintetiza as referências a como cada um destes é tratado no CVR.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Existem numerosos projetos e programas de monitoramento sociambiental na área de incidência do Trecho da Vazão Reduzida, sejam eles do PBA, PBA-CI e outros. É importante acompanhar como as diferentes iniciativas são trazidas às discussões do CVR.

Projetos de formação de indígenas para o monitoramento socioambiental na VGX e TITB

Situação em setembro de 2015

Programa de Gestão Territorial Indígena, PBA-CI.

Projeto de monitoramento participativo da caça e pesca na TI Paquiçamba:

De março de 2014 a fevereiro de 2015, 32 monitores indígenas participaram das atividades do monitoramento, sendo 11 da aldeia Muratu, 12 da aldeia Paquiçamba e 9 do Furo Seco. O 5º Relatório Consolidado do PBA-CI, Anexo 8.2.3 traz os primeiros resultados do monitoramento.

Projeto de monitoramento participativo da caça e pesca na TI Arara da VGX

A etapa preparatória do monitoramento foi iniciada em janeiro de em oficina na aldeia Terrawangã com 18 pessoas. Estabeleceu-se um sistema rotativo mensal de monitores indígenas nas aldeias Terrawangã e Guary-Duan. Relatório Consolidado do PBA-CI, Anexo 8.2.4. traz os primeiros resultados do monitoramento.

Não ha registro de formação para monitoramento com populações ribeirinhas e índios não aldeados na Volta Grande, nem com Xikrin da Trincheira Bacajá.

UFPA, ISA. Monitoramento aos impactos na pesca a área de influencia da UHE Belo Monte no Xingu

Entre os meses de setembro de 2013 e setembro de 2014 foram realizadas oficinas participativas de treinamento que culminaram na formação de 12 pesquisadores indígenas. Esses pesquisadores desenvolveram um levantamento sobre as dinâmicas da pesca e consumo alimentar das famílias da Aldeia Muratu. A pesquisa incluiu todas as famílias residentes na aldeia, também em número de 12 à época do início do monitoramento. Estudo de caso publicado em Francesco e Carneiro (2015).

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Acompanhamento das transformações sociambientais na VGX

Indicador: Formação para o monitoramento

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Instituto Socioambiental (ISA), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Lideranças Arara, Lideranças Juruna, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Francesco, Ana De; Carneiro, Cristiane. Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015 e Universidade Federal do Pará (UFPA)

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Arara da Volta Grande

Descrição:

A métrica enumera as diferentes iniciativas de formação de indígenas para o monitoramento, e os seus avanços.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação.

Justificativa:

Tendo em vista a redução da vazão hídrica do rio Xingu, é importante acompanhar o processo de formação dos indígenas voltados ao monitoramento socioambiental. A formação possibilita uma participação mais qualificada e embasada, no âmbito do Comitê Indígena para o controle e monitoramento da Vazão Reduzida no trecho da Volta Grande do Rio Xingu, e o estabelecimento de indicadores ambientais de referência intercientíficos, a partir dos conhecimentos dos povos indígenas e da ciência ocidental, para acompanhar os resultados dos programas de mitigação e monitorar as transformações ambientais nas Terras Indígenas e no entorno, nas diversas fases do empreendimento e as consequências para os povos indígenas.



Ações de fortalecimento institucional no PBA-CI voltadas ao CVR e subcomitês

Situação em setembro de 2015

A partir do início da execução dos programas do PBA-CI houve uma série de ações do Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) voltadas a melhorar o conhecimento sobre o funcionamento do CGI, subcomitês e com isso contribuir para uma participação indígena mais qualificada. Não há informação sobre um direcionamento específico do PFI ao CVR.

Entre as ações, no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI (Jul. 2014) destacam-se:

A realização de reuniões por rota para explicar o PBA-CI e o funcionamento do Comitê e definir como a comunidade vai monitorar e opinar na implementação dos programas
Oficina em cada Terra Indígena, na Volta Grande do Xingu e p/ os moradores de Altamira sobre aspectos legais e organizacionais de associações e cooperativas

No 4º RC do PBA-CI destacam-se

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI comitê gestor indígena e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Aprofundamento sobre os diferentes programas em 10 reuniões de subcomitês.

No 5º RC (Fev. 2015) do PBA-CI destacam-se

Continuidade das reuniões por rota para explicar funcionamento do PBA-CI comitê gestor indígena e subcomitês de acompanhamento às ações do PBA-CI.

Início de ações de fortalecimento institucional nas aldeias da TI Trincheira Bacajá.

Elaboração de proposta metodológica para qualificação de conselheiros.

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Fortalecimento organizacional

Indicador: Fortalecimento institucional

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Instituto Socioambiental (ISA), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, Lideranças Arara, Lideranças Juruna, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, Lideranças Xikrin, Atas das reuniões do subcomitê da Volta Grande para acompanhamento do PBA-CI, Atas das reuniões do subcomitê da TI Trincheira Bacajá para acompanhamento do PBA-CI, Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Francesco, Ana De; Carneiro, Cristiane. Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015 e Universidade Federal do Pará (UFPA)

Palavras-chave: questões indígenas, TI Trincheira Bacajá, TI Arara da Volta Grande e TI Paquiçamba

Descrição:

A métrica enumera as diferentes iniciativas de formação de indígenas para o monitoramento, e os seus avanços.

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório do PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 5 - Programa de Fortalecimento Institucional]. (7) Buscar ações de fortalecimento institucional voltadas ao CGI e subcomitês.

Justificativa:

Tendo em vista a redução da vazão hídrica do rio Xingu, é importante acompanhar o processo de formação dos indígenas/Ribeirinhos voltados ao monitoramento socioambiental. A formação possibilita uma participação mais qualificada e embasada, no âmbito do Comitê Indígena para o controle e monitoramento da Vazão Reduzida no trecho da Volta Grande do Rio Xingu, e o estabelecimento de

indicadores ambientais de referência intercientíficos, a partir dos conhecimentos dos povos indígenas e da ciência ocidental, para acompanhar os resultados dos programas de mitigação e monitorar as transformações ambientais nas Terras Indígenas e no entorno, nas diversas fases do empreendimento e as consequências para os povos indígenas/ribeirinhos

Outras ações de formação para a participação indígena/ribeirinha

Situação em setembro de 2015

Destacam-se especialmente as ações de formação no processo do desenvolvimento do Plano de Gestão da Terra Indígena Trincheira Bacajá (TIBB) dentro do Projeto de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), executado na TITB pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com The Nature Conservancy – Brasil, (TNC).

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Fortalecimento organizacional

Indicador: Fortalecimento institucional

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic e The Nature Conservancy - Brasil (TNC)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve brevemente algumas iniciativas regionais de fortalecimento institucional.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Além das ações de fortalecimento institucional contempladas dentro do PBA-CI, outras iniciativas na região incluem espaços de formação. É importante acompanhar outras experiências que, em conjunto, promovem uma participação mais qualificada.

Iniciativas de consulta prévia, livre e informada nos espaços do CVR

Situação em setembro de 2015

Não há registro de processos formais de consulta prévia no espaço do CVR.

Na 6ª Reunião Ordinária do CVR, em dezembro de 2014, representantes Arara manifestaram desconfiança com garantias legais sobre o funcionamento do hidrograma de consenso: "o que ocorreu na oitiva faz com que eles não descartem a hipótese de ocorrer novamente" e "nós fomos pisoteados no caso das oitivas".

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Consulta prévia

Indicador: Processos de consulta no CVR

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Verthic, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve eventuais processos formais e referencias a procedimentos de consulta, no âmbito do CGI.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Conforme o Decreto 5.051 que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, o Artigo 6 dispõe o dever do governo em consultar aos povos interessados e garantir a participação livre "na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes". É importante acompanhar como o CVR como espaço de controle e monitoramento eventualmente adota processos formais de consulta prévia, e em geral, como é mencionado o princípio da consulta nesse espaço.

Encaminhamentos por reunião

<p style="text-align: center;">Situação em setembro de 2015</p>
<p style="text-align: center;">Novembro de 2012: Reunião de criação do Comitê</p> <p style="text-align: center;">Pedir ao Dsei cobrar da Norte Energia a instalação de poço artesiano na aldeia Furo Seco, TI Paquiçamba</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2012: 1ª reunião ordinária</p> <p style="text-align: center;">Agendar data de vistoria indígena a rotas de navegação Apresentar dados de monitoramento a danos nas embarcações no STE NE assume responsabilidade com danos a embarcações no STE e vazão reduzida Redigir proposta justificando embarcadouro a jusante do STE Pré-agendada reunião com diretores da NE, assunto qualidade da água na Volta Grande</p>
<p style="text-align: center;">Abril de 2013, Reunião informativa</p> <p style="text-align: center;">Redigir proposta justificando embarcadouro a jusante do STE Agendar data de vistoria indígena a rotas de navegação Convidar empresas responsáveis por monitoramentos. Apresentar dados em comparação com previsões EIA</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2013, 3ª reunião ordinária</p> <p style="text-align: center;">(não há registro de encaminhamentos dessa reunião)</p>
<p style="text-align: center;">Fevereiro de 2014, 4ª reunião ordinária</p> <p style="text-align: center;">Agendar data de vistoria indígena a rotas de navegação Redigir proposta justificando embarcadouro a jusante do STE Inserir novos pontos de monitoramento. Apresentar dados específicos de monitoramentos da Volta Grande</p>
<p style="text-align: center;">Mai de 2014, 5ª reunião ordinária</p> <p style="text-align: center;">(não há registro de encaminhamentos dessa reunião)</p>
<p style="text-align: center;">Dezembro de 2014, 6ª reunião ordinária</p> <p style="text-align: center;">Esclarecer rotas de navegação dos Juruna não explicitas na modelagem de navegação apresentada Informar andamento do projeto de resgate de fauna e áreas de soltura. Orientar para não soltar perto das TI Agendar visita a projeto de reprodução de espécies ornamentais Incluir indígenas no cadastro de pescadores da VGX Produzir Nota Técnica para o Ibama inserir novos pontos de monitoramento.</p>

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Encaminhamentos construídos no comitê.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica traz um resumo dos "encaminhamentos" produzidos no CVR, por reunião.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Nas reuniões ordinárias e extraordinárias o CVR produz uma série de “encaminhamentos” sob a forma de decisões, de recomendações, de criação de subcomissões e de grupos de trabalho ou de notas técnicas. É importante monitorar os encaminhamentos produzidos no CVR ao longo do tempo para poder acompanhar como evoluem os encaminhamentos questionados ou propostos em cada reunião.

Percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas pelo comitê

Situação em setembro de 2015

Os indígenas pediram para registrar na ata da 3ª reunião ordinária que "Os indígenas membros do comitê informam que gostariam que os acordos firmados nas reuniões sejam cumpridos". Isto com relação a descumprimento de acordos sobre informações precisas sobre durabilidade de embarcações usando o STE, não agendamento de vistorias indígenas às rotas de navegação, falta de providências com relação ao atracadouro a jusante do STE. Funai e indígenas manifestam insatisfação pela ausência da NE e empresas subcontratadas para prestar esclarecimentos aos encaminhamentos, igualmente pelo descumprimento do cronograma de reuniões. Há questionamentos constantes que não se traduzem em encaminhamentos como as questões relativas à pouca representatividade no monitoramento da ictiofauna das espécies de importância para subsistência e comercialização dos indígenas, isso devido a metodologias e artes de pesca não específicas. A reiterada demanda indígena sobre inserção de pontos de monitoramento não tem sido contemplada nas amostragens e apresentação de resultados no CVR.

No 1º subcomitê da Volta Grande do Xingu os Juruna e Arara manifestaram igualmente a sua insatisfação com os debates e possibilidade de encaminhamentos do CVR. "A Leme se recusou a falar com os índios. Gilliard, da aldeia Miratu diz que os indígenas estão vendo vários problemas no monitoramento da Leme e há muito tempo estão tentando colocar essas questões para a Leme, e ficam só enrolando"

Em resposta ao pedido de Licença de Operação da UHE Belo Monte pela NE, a Informação Técnica 233 da Funai diz respeito ao CVR e a sua efetividade "A partir de todo o exposto aqui, não podemos afirmar que exista um mecanismo de monitoramento do TVR discutido e trabalhado com os indígenas, fazendo com que a avaliação sobre o cumprimento desta condicionante seja apenas "protocolar". Não se verifica efetividade. Até a solicitação de um novo ponto de monitoramento por parte dos indígenas tem sido negado pela empresa. Assim, é preocupante que no atual estágio da obra, com a possível iminência da implantação do TVR não tenha sido dada efetividade a essa ação" (p.41)

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Encaminhamentos construídos no comitê.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica sintetiza a percepção sobre a efetividade das ações encaminhadas no comitê.

Como coletar:

É possível obter dados de percepção sobre os encaminhamentos a partir dos próprios registros oficiais das reuniões do CGI e subcomitês. Entrevistas com os diferentes membros e acompanhamento às reuniões do CGI permitem sistematizar as informações e contrastar diferentes visões. Se recomenda, no entanto, desenhar oficinas participativas especialmente focadas na coleta de dados de percepção.

Justificativa:

As propostas e encaminhamentos do Comitê Indígena para o controle e monitoramento da vazão Reduzida no Trecho da Volta Grande do Rio Xingu (CVR) buscam solucionar problemas. É importante acompanhar qual é a percepção sobre o cumprimento e a efetividade das ações encaminhadas pelo CVR para poder entender melhor as limitações e os potenciais desse espaço de participação e controle social.

Influência indígena na dinâmica das condições de vida

Situação em setembro de 2015

A necessidade de diálogo e participação efetiva das populações da Volta Grande no monitoramento e controle do Trecho da Vazão Reduzida foi recentemente destacada pela Funai na Informação Técnica 233/2015 com relação à continuidade do processo de licenciamento, da seguinte forma:

“Ainda que todos os prognósticos apresentados pelo empreendedor informem que as condições de uso do rio não serão inviabilizadas e que a reprodução física e cultural dos Juruna e Arara estaria garantida, e considerando a execução precária do PBA em geral e em especial dos Programa de Supervisão Ambiental e de Gestão Territorial, bem como as reuniões do Comitê de Acompanhamento da Vazão Reduzida, ponderamos que é necessária a garantia de diálogo para a continuidade do cumprimento das ações que darão acesso dessas comunidades ao reservatório, através da Gleba Paquiçamba.

Da mesma maneira, a indenização por perda de recursos pesqueiros deve ser garantida a todas as comunidades indígenas que tenham prejuízos pelas mudanças de vazão no Rio Xingu. Essa questão já havia sido abordada pela Funai através de Ofício encaminhado em 2012.

Destaca-se ainda que não recomendamos o licenciamento de qualquer empreendimento no Trecho de Vazão Reduzida até que o período de monitoramento do Rio Xingu seja concluído, conforme determinado pela outorga emitida pela Agência Nacional de Águas.

Em relação ao enchimento do reservatório, é necessária a apresentação de cronograma de execução do RUC Pedral, garantindo assim, sua execução.

As medidas referentes ao Rio Bacajá, na TI Trincheira Bacajá devem ser apresentadas, com monitoramento, para verificar como o Rio Bacajá irá se comportar após a implementação do TVR. Da mesma maneira as alternativas de navegação e de mobilidade no Rio Bacajá devem estar definidas antes da implementação do TVR” (p.413)

Tema: Comitê Indígena de Monitoramento da Vazão Reduzida

Subtema: Encaminhamentos

Indicador: Encaminhamentos construídos no comitê.

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Volta Grande do Xingu

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CVR, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande, TI Trincheira Bacajá e questões indígenas

Descrição:

A métrica reúne e descreve referências à participação e influencia indígena das condições de vida na região afetada pela redução da vazão do Xingu.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A redução da vazão do rio na Volta Grande do Xingu para a operação da UHE Belo Monte está previsto que traga fortes impactos socioambientais na região. É importante acompanhar como os povos da região se manifestam com relação à dinâmica das condições de vida nessa área.

Canais de acesso à informação

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Controle Social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, Transparência e acesso à informação, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

-

Observações:

-

Como coletar:

-

Justificativa:

O acesso à informação sobre o estado da Educação Escolar Indígena é relevante tanto para o planejamento das ações pelo poder público como para o controle social, incluindo acompanhamento dos próprios povos indígenas

Número de matrículas, por etapas e modalidades de ensino (por Terra Indígena)

Total de Matrículas

Loading...

Educação Infantil

Loading...

Creche

Loading...

Pré-escola

Loading...

Ensino Fundamental

Loading...

Anos Iniciais

Loading...

Anos Finais

Loading...

Ensino Médio

Loading...

Educação Profissional

Loading...

Loading...

Número de matrículas, por etapas e modalidades de ensino (por Terra Indígena)

Terra Indígena Apyterewa

	2014
Total de Matrículas	183
Educação Infantil	34
Creche	0
Pré-escola	34
Ensino Fundamental	116
Anos Iniciais	116
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	33

Terra Indígena Arara

	2014
Total de Matrículas	114
Educação Infantil	18
Creche	0
Pré-escola	18
Ensino Fundamental	76
Anos Iniciais	76
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	20

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2014
Total de Matrículas	96
Educação Infantil	13
Creche	0
Pré-escola	13
Ensino Fundamental	83
Anos Iniciais	49
Anos Finais	34
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	0

Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna

	2014
Total de Matrículas	155
Educação Infantil	9
Creche	0
Pré-escola	9
Ensino Fundamental	117
Anos Iniciais	117
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	29

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2014
Total de Matrículas	14
Educação Infantil	0
Creche	0
Pré-escola	0
Ensino Fundamental	14
Anos Iniciais	14
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	0

Terra Indígena Kararaô

	2014
Total de Matrículas	42
Educação Infantil	0
Creche	0
Pré-escola	0
Ensino Fundamental	26
Anos Iniciais	26
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	16

Terra Indígena Koatinemo

	2014
Total de Matrículas	56
Educação Infantil	14
Creche	0
Pré-escola	14
Ensino Fundamental	42
Anos Iniciais	42
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	0

Terra Indígena Kuruaya

	2014
Total de Matrículas	47
Educação Infantil	0
Creche	0
Pré-escola	0
Ensino Fundamental	27
Anos Iniciais	27
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	20

Terra Indígena Paquiçamba

	2014
Total de Matrículas	52
Educação Infantil	8
Creche	0
Pré-escola	8
Ensino Fundamental	32
Anos Iniciais	22
Anos Finais	10
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	12

Terra Indígena Trincheira-Bacajá

	2014
Total de Matrículas	242
Educação Infantil	40
Creche	0
Pré-escola	40
Ensino Fundamental	202
Anos Iniciais	202
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	0

Terra Indígena Xipaya

	2014
Total de Matrículas	45
Educação Infantil	0
Creche	0
Pré-escola	0
Ensino Fundamental	38
Anos Iniciais	38
Anos Finais	0
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	7

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Acesso à educação básica e superior

Indicador: Matrículas na educação básica em escolas indígenas

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Palavras-chave: TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e questões indígenas

Descrição:

Apresenta o número de matrículas em escolas indígenas de acordo com a modalidade de ensino

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC) e pedir dados do Censo Escolar (INEP) referentes ao Território Etnoeducacional do Médio Xingu. Os dados das escolas de cada Terra Indígena foram somados.

Justificativa:

Uma das demandas centrais encontradas no Território Etnoeducacional do Médio Xingu é a oferta de vagas nas escolas indígenas para os diferentes níveis de formação dos estudantes, a fim de que eles possam ter uma educação escolar o mais completa possível, sem a necessidade de se deslocar para outros ambientes – a cidade de Altamira, por exemplo. Acompanhar o número de matrículas em cada nível nas escolas indígenas permite acompanhar a demanda e planejar a abertura de vagas para etapas de ensino não contempladas.

Número de indígenas matriculados em universidades, por curso e gênero

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Acesso à educação básica e superior

Indicador: Acesso ao ensino superior

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, participação social, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Número de indígenas matriculados em universidade, distinguindo-se os cursos e o gênero dos estudantes.

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação da região e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Justificativa:

A região apresenta demanda dos povos indígenas por ensino superior. O monitoramento permite entender que cursos estão sendo procurados, a fim de que se possa planejar a oferta e mecanismos de incentivo ou ações afirmativas para o acesso à universidade

Participação indígena na gestão de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e na definição dos cardápios

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Escolas

Indicador: Alimentação escolar

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta uma caracterização da participação indígena na gestão de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e na definição dos cardápios

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e Ministério da Educação (MEC).

Justificativa:

A alimentação escolar deve respeitar hábitos e preferências alimentares das comunidades indígenas. Além disso, é interessante que se valorize a alimentação tradicional, buscando minimizar a entrada de produtos industrializados que possam vir a causar danos à saúde indígena. É importante, assim, que os indígenas participem da definição dos cardápios e também da gestão de recursos destinados à alimentação escolar

Situação do transporte escolar indígena no Médio Xingu

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Transporte

Indicador: Transporte escolar indígena

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta uma caracterização do transporte escolar indígena no Médio Xingu, incluindo gestão, tipo de transporte e rotas utilizadas

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Justificativa:

Apesar de a maioria das aldeias na região possuírem escola própria, é comum que haja necessidade de transporte escolar, dependendo da modalidade do ensino e do tamanho das comunidades

Aldeias que produzem a própria alimentação escolar e regulamentação para aquisição da produção local

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Escolas

Indicador: Alimentação escolar

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquichamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquichamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta as aldeias indígenas que produzem a própria alimentação escolar, além de uma caracterização da regulamentação existente para aquisição da produção local

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Justificativa:

A alimentação escolar deve respeitar hábitos e preferências alimentares das comunidades indígenas. Além disso, é interessante que se valorize a alimentação tradicional, buscando minimizar a entrada de produtos industrializados que possam vir a causar danos à saúde indígena. A principal forma de atingir estes objetivos é promovendo a produção da alimentação escolar pelas próprias aldeias, sendo necessário adequar a regulamentação para aquisição da produção local pelos órgãos públicos responsáveis

Produtos que compõem a alimentação escolar

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Escolas

Indicador: Alimentação escolar

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta os produtos que compõem a merenda escolar nas escolas indígenas

Observações:

-

Como coletar:

Entrar em contato com as Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Justificativa:

A alimentação escolar deve respeitar hábitos e preferências alimentares das comunidades indígenas. Além disso, é interessante que se valorize a alimentação tradicional, buscando minimizar a entrada de produtos industrializados que possam vir a causar danos à saúde indígena. É interessante, assim, monitorar os produtos que compõem a alimentação escolar, a fim de que se possa, caso necessário, planejar adequações na lista de produtos adquiridos

Uso do tempo do indivíduo com a Educação Escolar Indígena

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Fortalecimento e autonomia dos povos indígenas

Indicador: Adequação dos PPPs

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta o uso do tempo dos estudantes com a Educação Escolar Indígena

Observações:

-

Como coletar:

-

Justificativa:

A educação escolar indígena convive com outras formas de educação tradicionais, próprias a cada povo indígena. É importante que o uso do tempo dos estudantes dê lugar à convivência com estes outros modos de educar

Avaliação periódica dos PPPs

Não há dados disponíveis.

Tema: Educação Escolar Indígena

Subtema: Fortalecimento e autonomia dos povos indígenas

Indicador: Adequação dos PPPs

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta uma caracterização dos momentos de avaliação periódica dos PPPs, por etnia.

Observações:

-

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura dos Projetos Político Pedagógicos de cada povo. Os PPPs apoiados pelo PBA-CI da UHE Belo Monte são anexados aos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes - Componente Indígena (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório de interesse. (6) Entrar em [9 - Programa de Educação Escolar Indígena]. (7) Entrar na pasta de número [9,1]. (8) Entrar na pasta [Anexos]. (9) Selecionar o PPP de interesse”

Justificativa:

Os Projetos Político Pedagógicos das escolas indígenas devem passar por processos de reavaliação periódicos. A métrica busca monitorar estes processos, indicando mudanças que venham a ocorrer nos documentos

Implementação do Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

Situação em outubro de 2015

O Parecer 21 da Funai (2009) estabelece como condicionante da Licença Prévia da UHE Belo Monte a execução de um Plano de Vigilância e Fiscalização das TIs afetadas pela UHE. Em março de 2011, a Funai concluiu a elaboração do “Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará” (PEPTI). Sua implementação foi então incluída como condicionante da Licença de Instalação no mesmo ano. O PEPTI descreve um conjunto de ações de controle, de prevenção e de informação, de curto prazo (2011-2013) que deverão ser elaboradas, executadas e supervisionadas pelo Poder Público (Funai) e subsidiadas pelo Empreendedor (Norte Energia), visando implementar um sistema de proteção territorial na região.

O plano busca estruturar uma presença mais ostensiva da Funai voltada à proteção do conjunto das Terras Indígenas afetadas, mediante (1) a instalação e operação de uma infraestrutura de 7 Bases Operacionais e 14 Postos de Vigilância (num total de 21 Unidades de Proteção Territorial), (2) a incorporação de recursos humanos com diferentes perfis profissionais para atuar nas UPTs, (3) o fortalecimento da gestão da informação para o monitoramento e tomada de decisões (monitoramento por satélite, bases de dados de ocorrências, melhoria da comunicação), e (4) a aquisição de uma série de equipamentos para viabilizar sua operação logística baseada nas UPTs. Em Outubro de 2015, há 6 Bases Operativas e 2 Postos de Vigilância (num total de 8 UPT) construídas, porém nenhuma foi recebida oficialmente pela Funai, que alega que apenas a construção da infraestrutura não é suficiente para a execução do PEPTI, ou seja, considera essencial que as diferentes ações de estruturação do sistema de proteção territorial ocorram para que ele seja efetivamente implementado, isto envolve tanto as ações de monitoramento remoto (satélite/radar) como a operatividade das Unidades de Proteção Territoriais, que ainda carecem de equipamentos e recursos humanos.

Em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena (CGI) do PBA-CI, em agosto de 2015, Funai e Norte Energia apresentaram aos indígenas uma proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial que envolveria a redução no número de Unidades de Proteção Territorial e o fortalecimento do monitoramento remoto. Em outubro de 2015, a proposta se encontra em fase de validação com os povos indígenas.

A Informação Técnica 233/2015 preparada pela Funai em resposta ao pedido de Licença de Operação da UHE Belo Monte, conclui a respeito do cumprimento da condicionante da implementação do plano de proteção territorial da seguinte forma:

“Em julho de 2015, a empresa apresentou um “Termo de Compromisso” visando o cumprimento da condicionante, sem entretanto, apresentar um plano de trabalho para análise da Funai. O mesmo só foi apresentado no início de setembro de 2015. Para além da análise técnica sobre a proposta, se a mesma está adequada ou não às diretrizes de proteção, algumas ações são necessárias ao longo do processo, como:

- 1) A validação da mudança de estratégia com os povos indígenas. O plano inicial foi validado nas terras indígenas, e considerando que não há estratégia de proteção e vigilância que se sustente sem a participação indígena, é necessário e obrigatória essa validação;
- 2) O Plano de Proteção estava previsto para ter sua execução finalizada após 2 anos, “encaixando-se” na execução do PBA, que deveria incorporar as ações, especialmente de vigilância, no âmbito do Programa de Gestão Territorial e tal fato não ocorreu devido à não execução do Plano de Proteção;
- 3) Considerando que os prognósticos previstos no EIA e no Parecer 21/CMAM/CGPIMA/09 se concretizaram, apenas uma ação com duração de 2 anos não é suficiente, embora necessária e urgente.
- 4) Será necessária a elaboração e pactuação de Programa específico, dentro do PBA de monitoramento e vigilância das TIs, em continuidade ao Plano em discussão atualmente e em complementação às demais ações do PBA.
- 5) Além disso, o empreendedor deveria ter uma sanção específica de modo a fortalecer algumas ações da Funai em relação à proteção das TIs, considerando nesse bojo, as ações da TI Ituna Itata.

Conclusão: Condicionante não cumprida. Deve-se aplicar sanções ao empreendedor, ao passo que a não resolução desta condicionante não permite uma manifestação conclusiva acerca da emissão da LO. Além disso, considerando os impactos já consolidados pela não execução da ação, é necessário que seja incorporado, no PBA, um programa de vigilância e monitoramento.” (Funai/IT233/2015 pág. 54.)

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-

Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Ofício 126/2011/Funai, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica descreve o processo de implementação do Plano de Proteção às Tis na área de influência de Belo Monte

Observações:

-

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A Proteção às Terras Indígenas, como condicionante do licenciamento, visa responder aos vetores de pressão sobre essas áreas e contribuir com as medidas de mitigação de impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte . Dimensionar e implementar um Plano de Proteção das Terras Indígenas , envolve resolver diferentes tipos de gargalos. É importante monitorar como se dá a implantação e articulação entre as diferentes ações propostas no plano e os resultados obtidos a curto, médio e longo prazo

Implementação das Unidades de Proteção Territorial

Implementação das Unidades de Proteção Territorial (UPT), por tipo				
Unidades de Proteção Territorial	Previstas (PEPTI 2011)	Proposta de revisão (NE/Funai, Ago 2015) ^[1]	Construídas (Out 2015)	Em funcionamento (Out 2015)
Bases Operacionais	7	7	6	0
Postos de Vigilância	14	4	2	2 ^[3]
Total	21	11	8 ^[2]	0

NOTA TÉCNICA - 2015

(1) A coluna apresenta o número total de UPTs a serem implementadas conforme a proposta apresentada em agosto de 2015 pela Funai/NE ao CGI.

(2) Seis das oito UPTs construídas, foram consideradas pela Funai (Informação Técnica 43/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ) como fora dos padrões estruturais e arquitetônicos estabelecidos no Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas (PEPTI) e foram submetidas a adequações pela Norte Energia.

(3) As duas que encontram-se em funcionamento são de forma provisória na Terra Indígena Apyterewa.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), CE 0148/2015 – DS (Norte Energia), CE 0354/2014-DS (Norte Energia), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Ofício nº578/2015/DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas, Informação Técnica 43/2013/CGMT-DPT-FUNAI-MJ e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

Palavras-chave: articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica ilustra o número de UPT (Bases Operativas e Postos de Vigilância) previstas, revisadas, construídas e em funcionamento

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

As Unidades de Proteção Territorial (UPT) possibilitam uma presença institucional voltada à Proteção territorial ao longo das Terras Indígenas que se encontram na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dita presença não apenas ajuda a dissuadir e coibir invasões e crimes ambientais nas Terras Indígenas como apoia e estimula atividades de prevenção e controle relacionadas à melhoria da gestão ambiental e territorial das TIs. É importante monitorar a implementação da construção das UPTs e de seu funcionamento, através da instalação dos equipamentos adequados e contratação dos recursos humanos, tendo em vista que elas são a base de apoio operacional para a execução do Plano de Proteção Territorial, condicionante da Licença Prévia, estabelecida no Parecer 21 Funai/2009

Recursos humanos contratados

Situação em outubro de 2015

No Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu (PEPTI), elaborado pela Funai em 2011, definiu-se um quantitativo operacional mínimo de 112 pessoas para atuarem no período de vigência do plano, entre 2011 e 2013. Diz o PEPTI "Uma vez finalizado o período de vigência do Plano Emergencial, na fase de implementação do PBA, o quantitativo de recursos humanos contratados para o plano de proteção territorial deverá ser reavaliado pela equipe responsável por esta fase" (p.33).

Após judicialização pela não implementação do Plano de Proteção, em 2015 houve um processo de reavaliação do plano. Durante esse processo, conforme descrito na Informação Técnica 233/Funai/2015, a Norte Energia (NE) informou que o conselho administrativo do empreendimento "não aprovou a contratação das equipes que deverão ocupar as UPTs, mesmo com a significativa redução do número de UPTs (de 21 para 11) na proposta de revisão do PEPT e, conseqüentemente, redução na contratação de mão-de-obra. Destaco que a operacionalização das UPTs por meio da contratação de equipes já era uma obrigação contraída pelo empreendedor por meio da assinatura do Termo de Compromisso." (p.52)

Em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena (CGI) do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena PBA-CI, em agosto de 2015, Funai e Norte Energia apresentaram aos indígenas a proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial que envolveria uma redução no número de UPTs e o fortalecimento do monitoramento remoto. Representante da Norte Energia, na ocasião, se comprometeu com a contratação dos recursos humanos necessários para a operação do plano revisado.

Em diferentes reuniões do CGI os indígenas têm solicitado receber formação para que possam fazer parte das atividades de vigilância territorial que integram o Plano de Proteção Territorial, como parte das equipes de trabalho.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Brasília e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Ministério Público Federal em Altamira, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI, Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

Palavras-chave: articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica apresenta uma descrição do processo de decisão quanto à contratação de recursos humanos para a implementação do Plano de Proteção Territorial

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Os recursos humanos são fundamentais para a implementação do Plano de Proteção. A operacionalização do plano, por sua vez, exige diferentes níveis de qualificação profissional. É importante monitorar a contratação e gestão de pessoas para a implementação do plano de Proteção, pois são requisitos indispensáveis para que as ações de proteção sejam efetivadas

Implementação de Centro de Monitoramento Remoto

Situação em outubro de 2015

No Plano Emergencial de Proteção das Terras Indígenas (TI) do Médio Xingu, elaborado pela Funai em 2011, uma das ações do componente de "informação" determina que "o monitoramento por imagem satélite das TIs localizadas na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte será realizado dentro das diretrizes do Projeto de Monitoramento Territorial da CGMT [Coordenação Geral de Monitoramento Territorial], em fase de desenvolvimento, e realizado com o apoio do *Global Environment Facility* - GEF Indígena" (p. 46).

Após judicialização pela não implementação do Plano de Proteção, a Norte Energia apresentou proposta em que a estratégia de Proteção do PEPTI baseada nas UPTs é substituída pela implementação de um Centro de Monitoramento Remoto (CMR). A Funai, no Parecer Técnico 14/2015, considera que o CMR poderia proporcionar mais agilidade nas análises de desmatamento e degradação, em comparação com ferramentas já existentes e utilizadas pela Funai, como o Prodes e Deter, ambos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em relação ao monitoramento remoto o Parecer destaca:

"Para que esta proposta seja efetiva em termos de proteção territorial, o CRM e as UPTs deverão atuar de forma conjunta e uníssona. Isto implica em uma equipe técnica capacitada, tanto no CRM quanto nas UPTs a serem implementadas. Não há possibilidade de implementar o CRM sem que as UPTs estejam em plenas condições de funcionamento, o que implica na estrutura física implementada e na contratação de equipes técnicas." (Parecer Técnico 14/Funai/2015 p.4)

Em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena (CGI) do PBA-CI, em agosto de 2015, Funai e Norte Energia apresentaram aos indígenas a proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial que envolveria um fortalecimento do monitoramento remoto com a implementação do CMR e uma redução no número de UPT. Em outubro de 2015, essa proposta se encontra em fase de validação com os povos indígenas antes da sua aprovação.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Implementação e Prazos

Indicador: Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17, Brasília e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI, Acompanhamento às reuniões do CGI e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica apresenta uma descrição do processo de decisão quanto à implementação de tecnologias de monitoramento remoto de desmatamento e degradação e a sua articulação com a operação das UPTs

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

Ter um melhor conhecimento das dinâmicas das pressões sobre as Terras Indígenas converte-se numa ferramenta fundamental para o planejamento e operacionalização de atividades de prevenção, controle e informação ligadas à proteção territorial. É importante monitorar como são implementadas e usadas as tecnologias de monitoramento remoto para subsidiar a operacionalização do plano de proteção territorial.

Cronograma de execução do Plano de Proteção de Terras Indígenas (linha do tempo)

Eventos relacionados à execução do Plano de Proteção às Terras Indígenas			Tema: Proteção Territorial Indígena
Data	Ação	Observação	Subtema: Implementação e Prazos
Fev/2009	Publicação do EIA-RIMA da UHE Belo Monte	O Componente Indígena do EIA-RIMA aponta como um dos principais vetores de impactos da UHE Belo Monte a atração de um grande contingente populacional à região, com o subsequente aumento da pressão sobre os recursos naturais, resultando em invasões das terras indígenas.	Indicador: Plano de Proteção às Terras Indígenas (PPTI)
Set/2009	Publicação do Parecer 21 - Funai	O Parecer 21 da Funai reforça a análise apresentada no EIA-RIMA a respeito do aumento da pressão sobre recursos naturais, estabelecendo a seguinte condicionante, de responsabilidade do empreendedor: "Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a Funai, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no leito do Rio Xingu (no trecho da Vazão Reduzida) logo após assinatura do contrato de concessão do AHE".	Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata
Fev/2010	Emissão da Licença Prévia	A condicionante 2.28 da Licença Prévia, dada pelo Ibama, remete às condições elencadas no Parecer 21 da Funai.	Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), CE 0148/2015 – DS (Norte Energia), CE 0354/2014-DS (Norte Energia), Ofício 526/2015/DPT-FUNAI-MJ, Ofício nº578/2015/DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Informação 233/2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Ofício 126/2011/Funai e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)
Mar/2011	Publicação do PEPTI	O "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" (PEPTI), elaborado pela Funai, detalha as ações a serem desenvolvidas para estruturação um sistema de proteção das terras indígenas em questão, envolvendo uma infraestrutura com 21 Unidades de Proteção Territorial e ações de controle (fiscalização e extrusão), informação (banco de dados, monitoramento espacial) e prevenção (vigilância, capacitação).	
Mai/2011	Publicação do Ofício 126 - Funai	O Ofício 126 destaca como uma das condicionantes específicas da Licença de Instalação a implementação do "Plano de Proteção das TIs", num prazo de 40 dias a partir da licença, destacando ainda como prioritária a implementação do Plano de Proteção nas TIs da Volta Grande.	
Jun/2011	Emissão da Licença de Instalação	As condicionantes estabelecidas pelo Ofício 126 aparecem no item 2.20 da Licença de Instalação.	Palavras-chave: questões indígenas, articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipayá
Abr/2013	Ação do Ministério Público Federal	MPF move Ação Civil Pública requerendo a suspensão compulsória da anuência da Funai à Licença de Instalação da UHE Belo Monte baseada no descumprimento das condicionantes relativas à proteção territorial.	
Abr/2014	Decisão Judicial	Justiça Federal de 1ª Instância (31/03/2014) defere em parte a medida liminar da Ação Civil Pública movida pelo MPF, determinando que a Funai apresente em juízo, no prazo de vinte dias, novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção e a Norte Energia executasse imediatamente a aviventamento das picadas de 11 TIs, readequação das UPTs construídas no padrão exigido pela Funai, construção das outras UPTs, e a contratação e capacitação de pessoal para atuar nas UPTs. Estabelece à Funai e à Norte Energia multa no caso de descumprimento da sua decisão.	Descrição: Estabelece uma linha de tempo com as determinações e ações mais relevantes para a execução do Plano de Proteção Territorial Como coletar: Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de

Eventos relacionados à execução do Plano de Proteção às Terras Indígenas			informação
Data	Ação	Observação	Justificativa:
Dez/2014	Proposta Norte Energia: Centro de Monitoramento Remoto	A Norte Energia apresenta proposta de substituição das ações elencadas no PEPTI pela instalação de um Centro de Monitoramento Remoto para acompanhamento, por imagens de satélite, da situação das Terras Indígenas em questão. (CE 0354/2014-DS).	A implementação de um plano de proteção territorial que responda às crescentes pressões do entorno nas Terras Indígenas é uma ação prioritária dentro do sistema de mitigação e compensação de impactos da UHE Belo Monte. Os diferentes documentos do licenciamento se referem aos prazos de implementação. É importante acompanhar o cronograma de implementação do Plano de Proteção das Terras Indígenas para conhecer a relação entre as pressões e as medidas de mitigação de impactos às TIs
Fev/2015	Norte Energia solicita a Licença de Operação	Em 11 de fevereiro de 2015 a Norte Energia solicita ao Ibama a Licença de Operação (LO).	
Mar/2015	Parecer Funai sobre a proposta da Norte Energia para a revisão do PEPTI	A Funai considera viável revisar o PEPTI, porém mantendo a sua estrutura, e para isso considera fundamental, além da implementação do CMR, manter uma linha de ações em campo, como por exemplo a contratação e capacitação de equipes técnicas para atuar nas LIPTs. (Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ).	
Mai/2015	Negativa da NE quanto à contratação de recursos humanos	A Norte Energia diz que seu Conselho Administrativo não aprova a contratação de recursos humanos para atuação nas ações de Proteção Territorial, alegando “ocorrência de conflitos, questionamentos como a garantia de segurança para as equipes de profissionais, o parecer de nossos advogados apontando para inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência [...]” (CE0148/2015 – DS).	
Jun/2015	Resposta Funai à negativa da Norte Energia	Dada a negativa da Norte Energia, a Funai considera inviável a revisão do PEPTI “uma vez que a estratégia de proteção elaborada pressupõe a associação entre o monitoramento remoto e operacionalização de atividades in loco”. (Of 526/2015/DPT-FUNAI-MJ) A Funai esclarece ainda que “os diálogos empreendidos não interromperam o prazo estabelecido pelo cronograma de execução constante da ACP nº 655-78.2013.4.01.3909, em atraso” (Of 578/2015/DPT-FUNAI-MJ).	
Ago/2015	Proposta de revisão do PEPTI	Representantes da Funai e Norte Energia apresentam em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena para acompanhamento aos programas do PBA-CI (CGI), proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial.	
Set/2015	Funai emite Informação Técnica 233 em resposta à solicitação da LO	Com relação à condicionante relativa à implementação do Plano de Proteção das Terras Indígenas, a Funai considera: “Conclusão: Condicionante não cumprida. Deve-se aplicar sanções ao empreendedor, ao passo que a não resolução desta condicionante não permite uma manifestação conclusiva acerca da emissão da LO. Além disso, considerados os impactos já consolidados pela não execução da ação, é necessário que seja incorporado, no PBA, um programa de vigilância e monitoramento.” (Funai/IT233/2015 pág. 54.)	

Atores envolvidos na implementação do plano de proteção às Terras Indígenas

Situação em outubro de 2015

Construções fora dos padrões e a não-contratação dos recursos humanos previstos são apontadas como as razões fundamentais pelas quais a Funai não recebeu oficialmente as construções das UPTs. Apenas dois Postos de Vigilância foram implementados até julho de 2015, sendo estas unidades provisórias que visam auxiliar nas ações de controle relativas ao processo de regularização fundiária em curso na TI Apyterewa.

Os recursos humanos necessários ao plano dependem do perfil de atuação das diferentes UPTs e competências específicas da Funai em parceria com outros órgãos públicos, por um lado, e da Funai com o empreendedor, por outro. Algumas UPTs, situadas em áreas com maiores níveis de risco de conflito, exigiram como prioritárias ações de controle e fiscalização, de responsabilidade exclusiva de órgãos do estado (Funai, Ibama, Incra, DPF, FN). Em outras, o conjunto da atuação demanda menos ações de controle e mais de prevenção e informação, subsidiando a proteção territorial integrada.

Em março de 2013, verificados apenas exíguos avanços na implementação do PEPTI, o Ministério Público Federal (MPF) moveu uma Ação Civil Pública requerendo a suspensão compulsória da anuência da Funai à Licença de Instalação da UHE Belo Monte. Um ano depois, em decisão da Justiça Federal de 1ª Instância (31/03/2014), foi deferida parcialmente a medida liminar, determinando que a Funai apresentasse em juízo, no prazo de vinte dias, novo cronograma para o cumprimento das ações de proteção e a Norte Energia executasse imediatamente a avivamento das picadas de 11 TIs, readequação das UPTs construídas no padrão exigido pela Funai, construção das outras UPTs, e a contratação e capacitação de pessoal para atuar nas UPTs.

No Parecer 21 da Funai (2009), a contratação de recursos humanos para o Plano de Proteção ficaria a cargo da Norte Energia. Já no PEPTI, na ação do MPF e na decisão judicial de 2014, a contratação envolveria um convênio entre Funai e Norte Energia. Na avaliação do MPF, a Norte Energia faz uma reinterpretção da documentação e alega que a responsabilidade sobre os recursos humanos é apenas do poder público.

Em dezembro de 2014, a Norte Energia ofereceu uma contraproposta à Funai que substituiria a implementação do PEPTI por um centro de monitoramento remoto para acompanhamento por imagens de satélite/radar das Terras Indígenas afetadas. A Funai não aceitou a proposta da NE como substitutiva do PEPTI já que a estratégia de proteção requer fortalecer a presença em loco por meio das UPT.

Representantes da Funai e Norte Energia apresentaram em Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Indígena para acompanhamento aos programas do PBA-CI (CGI), em agosto de 2015, a proposta de revisão do Plano de Proteção Territorial.

Até outubro de 2015, a proposta se encontra em fase de validação com os povos indígenas.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Articulação

Indicador: Articulação entre atores envolvidos no atendimento à fiscalização das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), CE 0148/2015 – DS (Norte Energia), CE 0354/2014-DS (Norte Energia), Ofício 526/2015/DPT-FUNAI-MJ, Ofício nº578/2015/DPT-FUNAI-MJ (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Ofício 126/2011/Funai, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI e Parecer Técnico nº14/2015/CGMT-DPT-FUNAI-MJ (FUNAI)

Palavras-chave: articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itata

Descrição:

Descrição da participação de diferentes atores na implementação do plano de proteção às Terras Indígenas

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A implementação de um plano de proteção territorial das Tis afetadas por Belo Monte precisa da eficiente articulação entre órgãos públicos e empreendedor para que o plano, em conjunto, seja efetivo. É importante acompanhar a forma como são construídas as articulações interinstitucionais para a efetivação do plano.



Adequação do Plano de Proteção à PNGATI

Situação em outubro de 2015

O Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu (PEPTI) foi estruturado para ser implementado entre 2011 e 2013, prévio ao início de execução das ações do PBA-CI – o que não aconteceu, e prevendo que as ações de proteção deviam ser incorporadas dentro do PBA-CI. Em dezembro de 2013 iniciam as atividades de campo das empresas contratadas para executar os programas do PBA-CI entre eles, o Programa de Gestão Territorial Indígena, PGTI. Esse programa, e especialmente o Projeto Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental Compartilhada, está estruturado segundo as diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, PNGATI. Contudo, o fato que a sua execução está desvinculada do Plano Emergencial de Proteção Territorial, dada a sua não implementação, faz com que as atividades de gestão estejam desvinculadas de ações de proteção, diminuindo a sua efetividade como medidas de mitigação de impactos.

Nesse sentido, a Informação Técnica 233/Funai/2015 pronunciou-se a respeito da avaliação da efetividade do PGTI sem a implementação do Plano de Proteção Territorial:

“O Programa de Gestão Territorial Indígena no PBA-CI está diretamente relacionado ao impacto do aumento da pressão sobre os recursos naturais existentes nas terras indígenas, em seu entorno e ao acirramento dos conflitos interétnicos, que ameaçam a manutenção da qualidade de vida dos povos indígenas.

Sua execução está, portanto, diretamente relacionada à execução do Plano de Proteção, condicionante da Licença Prévia, conforme previsto no Parecer no 21/CMAM/CGPIMA/09. É importante destacar que o Plano de Proteção não possui até o momento de fechamento da análise deste parecer elementos que comprovem sua execução, apresentando um atraso de mais de quatro anos.

Conseqüentemente, a execução e avaliação do PGTI torna-se prejudicada, já que o mesmo havia sido concebido com elementos de continuidade de algumas ações de monitoramento e prevenção de ilícitos advindos do Plano de Proteção. Como este não foi executado, resta a potencialização do impacto.” (p.118)

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Critérios e Demandas

Indicador: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: "Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu sob Influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará" 2011 (FUNAI), Parecer nº 21/2009 (FUNAI), Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, Ofício 126/2011/Funai, Plano Básico Ambiental - Componente Indígena e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itata

Descrição:

A métrica descreve a adequação entre os diferentes componentes do plano e a PNGATI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas instituída pelo Decreto 7.747 de 2012 descreve os lineamentos que visam garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. É importante acompanhar como a implementação do PPTerra Indígena dialoga em termos gerais com o previsto na PNGATI

Canais de acesso à informação

Situação em outubro de 2015

O Ministério Público Federal em Altamira foi identificado como um canal de acesso à informação relevante sobre o tema, na medida em que disponibiliza publicamente documentos obtidos a partir de Ação Civil Pública movida pelo órgão em relação ao Plano de Proteção das Terras Indígenas atingidas pela UHE Belo Monte.

Até o que foi apurado, instituições como a Funai em Altamira e a Superintendência de Assuntos Indígenas da Norte Energia também são caminhos para acessar informação sobre a implementação do plano de proteção territorial das terras indígenas.

A Diretoria de Proteção Territorial e Coordenação Geral de Licenciamento da Funai Brasília tem elaborado diversos pareceres técnicos sobre o cumprimento desta condicionante. A Informação Técnica 233/2015 preparada pela Funai em resposta à solicitação da Licença de Operação traz uma síntese dos diversos avanços, problemas, tratativas e um pronunciamento sobre o status da condicionante como "não cumprida" (IT 233/Funai/2015 p54).

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Controle social

Indicador: Transparência

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: Ação Civil Pública nº 655-78.2013.4.01.3909 de 2013 (Ministério Público Federal), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério Público Federal em Altamira, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ e Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve os canais mais importantes de acesso à informação sobre os processos de implementação do PPTI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

O acesso à informação sobre a implementação do plano de proteção às Tis é fundamental para que exista uma melhor participação e controle social qualificado.

Espaços de Participação Indígena no PPTI

Comitê Gestor Indígena do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI):

Ainda que não componha o PBA-CI, o PEPTI vem sendo debatido no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI, um espaço importante de participação que tem representação de todos os povos indígenas da área de influência da UHE Belo Monte, da Funai e da Norte Energia.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Controle social

Indicador: Participação Indígena nas etapas de implementação do PPTI

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya e AI Juruna do km 17

Fontes: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Administração Pública Local, Área Indígena Juruna do km 17 e Transparência e acesso à informação

Descrição:

A métrica descreve os espaços de participação indígena no PPTI

Observações:

ver também Fichas das Métricas: Comitê Gestor Indígena do PBA-CI

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A participação e protagonismo indígena em diferentes aspectos da implementação do Plano de Proteção às TIs foi destacado pela Funai desde a criação do Plano Emergencial de Proteção às Terras Indígenas do Médio Xingu. É importante acompanhar como essa participação se verifica na prática ao longo do tempo.

Número de aldeias e habitantes, por TI

Número de aldeias

Loading...

Número de habitantes

Loading...

Número de aldeias e habitantes, por TI

AI Juruna do km 17

	2015
Número de aldeias	1
Número de habitantes	ND

Terra Indígena Apyterewa

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	422

Terra Indígena Arara

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	58

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	143

Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2015
Número de aldeias	6
Número de habitantes	477

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	134

Terra Indígena Kararaô

	2015
Número de aldeias	1
Número de habitantes	58

Terra Indígena Koatinemo

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	192

Terra Indígena Kuruaya

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	190

Terra Indígena Paquiçamba

	2015
Número de aldeias	3
Número de habitantes	147

Terra Indígena Trincheira Bacajá

	2015
Número de aldeias	9
Número de habitantes	978

Terra Indígena Xipaya

	2015
Número de aldeias	2
Número de habitantes	145

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Al Juruna do km 17, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Fontes: Sistema de Informações Geográficas (SIG) das Terras Indígenas do Médio Xingu e 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia)

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica descreve o número de aldeias e habitantes, por Terra Indígena

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA-CI e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial]. (7) Entrar na pasta de número [8.1], e em [8.2]. (8) Buscar atualizações dos censos das aldeias]. Consultar também o SIG das Terras Indígenas do Médio Xingu www.sigtimx.com.br

Justificativa:

Um dos efeitos da chegada da UHE Belo Monte verifica-se na alteração do padrão de ocupação territorial, fragmentação de aldeias e atração à cidade, que foram previstos nos Estudos de Impacto Ambiental e Parecer 21 da Funai. É importante continuar acompanhando a dinâmica demográfica e socioespacial a partir dos dados de número de aldeias e habitantes, por TI.

Processo de planejamento de gestão ambiental e territorial, por TI

Situação em outubro de 2015

O Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI contempla uma série de ações que visam apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre TIs, vizinhos e UCs, fortalecendo a conservação etnoambiental. Entre elas, a:

Caracterização participativa das TIs e entorno;
Planejamento territorial e governança indígena das relações locais;
Arranjos institucionais e políticos para a gestão socioambiental compartilhada.

É importante destacar que as atividades do curso de Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, atividade inicialmente não contemplada no Plano Operativo do PBA-CI, tem constituído um importante espaço formativo continuado no qual é necessário no processo de criação dos planos de gestão das Terras Indígenas.

Com relação a estas atividades de formação a Funai observa:

“As oficinas sobre ocupação territorial regional, que estavam previstas para serem realizadas nas aldeias no primeiro ano, foram re-adequadas como parte integrante do projeto de Formação em Gestão Ambiental e Territorial. A medida foi proposta pelo empreendedor, de modo a adequar as ações de formação que estavam dispersas em conjunto com a experiência do “Formar PNGATI”, executado pela Funai, MMA e parceiros.

Trata-se de proposta que foi aprovada pela Funai e que deve ser exaltada, já que além de buscar se aproximar de outras experiências que vem sendo executadas no país, demonstrou uma proatividade que não vem sendo comum ao empreendedor, de buscar adequar as ações aos contextos atuais.”
(IT233/Funai/2015 p.130)

Na parte final da quarta etapa de formação, os indígenas desenvolveram exercícios de “planos de ação” de todas as Terras Indígenas.

Em seguida apresentamos uma breve síntese dos avanços no planejamento, por TI.

Terra Indígena (TI)	Estado de elaboração dos Planos de Gestão das Terras Indígenas (out/2015)
Apyterewa	<p>Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Parakanã em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potencias, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional).</p> <p>Os relatórios consolidados (RC) do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial:</p> <p>Apresentado diagnostico socioambiental e calendário sazonal no 3º RC PBA-CI. Intercâmbio de referencia em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Expedição territorial realizada a inicios de abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.</p>
Arara	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnostico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado (RC) do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Arara da Volta Grande do Xingu	<p>Atividades de monitoramento participativo da caça e pesca iniciadas em fev. 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada na TI Arara VGX e no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Araweté	<p>Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnostico socioambiental e calendário sazonal no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Relato de expedição territorial entre março e abril de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>
Cachoeira Seca	<p>Elaboração do calendário sazonal. Intercâmbio com o povo Ikpeng da TI Parque do Xingu. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI</p>

Juruna do km17	“Eleição área Juruna km 17 - Ação prevista como condicionante na LP, sem previsão de ação no PBA, uma vez que a questão fundiária do Juruna do Km 17 já deveria estar resolvida” (IT233/Funai/2015 p.121). Apresentado calendário sazonal no 4º RC do PBA-CI
Kararaô	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2012. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI. Relatos de expedições territoriais, validação de etnomapas e calendários sazonais, entre maio e junho de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Koatinemo	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI Oficinas de etnomapeamento em fev. 2015. Oficinas de calendários sazonais em maio 2015. Intercambio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Kuruaya	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Validação de etnomapas e calendários sazonais em maio 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Paquiçamba	Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Atividades de monitoramento participativo da pesca e caça desde março de 2014. Registrada “oficina síntese de monitoramento territorial” no 4º RC do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI.
Trincheira Bacajá	Etnomapeamentos realizados no âmbito dos estudos complementares da TI Trincheira Bacajá. O processo continuou com os Etnomapeamentos realizados nas ações do PNGATI pela Funai em parceria com a TNC (The Nature Conservancy Brasil). O processo final de etnomapeamento foi validado pela Assembleia Geral do povo Xikrin em dezembro de 2014, quando houve devolução dos etnomapas aos indígenas. Com base nesses etnomapas, os Parakanã, a FUNAI, a TNC e outros atores potencias, iniciaram as discussões e o planejamento para a construção do PGTA (Etnozoneamento e Arranjo Institucional). Os relatórios consolidados do PBA-CI também trazem informações sobre o Projeto de planejamento territorial, em especial: Intercâmbio de referência em gestão territorial com o povo Wajãpi em março de 2015. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Xipayá	Etnomapeamentos realizados pela Funai em 2006. Apresentado diagnóstico socioambiental no 3º Relatório Consolidado do PBA-CI. Realizado intercâmbio com o povo Yudjá da TI Parque do Xingu. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI
Entorno das Tis	Estudo do uso do solo no entorno das Tis apresentado no 4º Relatório Consolidado do PBA-CI. Oficinas síntese de monitoramento territorial realizada no Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial, apresentada no 5º RC PBA-CI

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Verthic, Informação 233 /2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, 4º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 5º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e The Nature Conservancy - Brasil (TNC)

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itatá

Descrição:

A métrica descreve o processo de criação participativa dos planos de Gestão das Terras Indígenas

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influência da UHE Belo Monte, o avanço dos processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. A PNGATI procura assegurar a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. É importante monitorar como esses processos avançam e consolidam na região de influência de Belo Monte por meio da construção de ferramentas participativas como etnomapeamentos, etnozoneamentos, calendários sazonais que estimulam a apropriação de elementos de planejamento e gestão territorial nos povos indígenas. em cada uma das Terras Indígenas afetadas.

Relação do Plano de Proteção Territorial com o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Gestão Territorial

Indicador: Gestão Territorial das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área Indígena Juruna do km 17 e Área indígena Ituna-itata

Descrição:

A métrica descreve a relação entre o PPTerra Indígena e o Programa de Gestão Territorial Indígena do PBA-CI

Como coletar:

Consultar pareceres técnicos da Funai sobre a relação entre o PPTI e PBA-CI. Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Licenciamento, CGLIC)), empresas executoras dos programas do PO-PBA-CI; Norte Energia - Superintendência de Assuntos Indígenas; Acompanhar discussões no Comitê Gestor Indígena do PBA-CI e subcomitês.

Justificativa:

O Plano de Proteção Territorial e o Programa de Gestão Territorial do PBA-CI procuram o fortalecimento na proteção e gestão territorial das Terras Indígenas afetadas pelo empreendimento Belo Monte. É importante acompanhar como estas duas ações dialogam, articulam e fortalecem para serem mais efetivas na mitigação de impactos e a promoção da posse plena das Terras Indígenas para os diferentes povos.

Número de servidores da Funai (Geral, Diretoria de Proteção Territorial e Altamira)

Número de servidores da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)					
Categoria	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo permanente	2396	2383	2531	2395	2238
Nomeado cargo em comissão	426	413	408	351	342
Cedido	72	79	76	76	76
Requisitado	19	30	40	53	60
Requisitado de outros órgãos	4	6	7	4	3
Exercício descentralizado de carreira	37	38	31	34	36
Exercício provisório	3	1	1	4	5
Contrato temporário	49	45	37	27	6
CLT ANS - Dec. 6657/08	3	2	2	2	3
Total	3009	2997	3133	2946	2769
Aposentadorias - por ano	17	16	27	70	104

Número de servidores da Diretoria de Proteção Territorial						
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
n.º Servidores	102	106	107	103	95	88

Número de servidores da Coordenação Regional da Funai em Altamira						

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
n.º Servidores	n/d [1]	60	62	25	28	23 [2]

NOTA TECNICA - 2015

(1) Em decorrência do Decreto 7056 de 2009 sobre a reestruturação da Fundação Nacional do Índio, a Administração Regional de Altamira deixa de existir como unidade autônoma, passando a depender administrativamente da Coordenação Regional de Belém-PA. O Relatório de Gestão de 2010 não fornece dados sobre o número de servidores em Altamira já que “A Funai não dispunha, até o final de 2010, de um sistema de indicadores institucionais e de recursos humanos estabelecido” (p.10). Sobre a gestão nesse período, a Funai diz “Além do empreendimento, a própria transição institucional da FUNAI relacionada ao Decreto 7.056/2009 gerou problemas com relação ao cumprimento de metas em 2010. Em Altamira, por exemplo, a FUNAI ficou aproximadamente cinco meses parada e mais dois meses em fase de reorganização interna. O resultado foi que as ações só passaram a ser desenvolvidas em área a partir do segundo semestre” (p.20).

(2) Segundo informações da Funai Centro Leste do Pará (Altamira), no decorrer de 2015 a sede perdeu 5 funcionários e outros 4 servidores solicitaram exoneração.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Fortalecimento Institucional

Indicador: Fortalecimento Institucional da Funai

Cobertura: Altamira indígena, Brasília, Terras Indígenas no Brasil, Terra Indígena Paquaçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Altamira, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Diretoria de Proteção Territorial, Relatórios de Gestão Coordenação Regional Belém 2010 e 2011 (FUNAI) e Relatórios de Gestão Coordenação Regional Centro Leste do Pará 2012, 2013 e 2014 (FUNAI)

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquaçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá, Área indígena Ituna-itatá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica descreve o número de servidores da Funai: geral, Diretoria de Proteção Territorial e Altamira

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos e de entrevistas com diversos atores e representantes de instituições, citados como fontes de informação

Justificativa:

O número de servidores da Funai influencia diretamente a capacidade operativa e de gestão da instituição. É importante monitorar o número de servidores que a instituição possui tanto no âmbito da Diretoria de Proteção Territorial em Brasília, como da CR/Centro Leste do Pará como forma de acompanhar a evolução das equipes de trabalho nas coordenações que podem subsidiar a implementação e a gestão do Plano de Proteção Territorial.

Previsão orçamentária da Funai para ações de proteção territorial

Nome da categoria

Loading...

Previsão orçamentária da Funai para ações de proteção territorial

Al Juruna do km 17

	2015
Nome da categoria	

Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Apyterewa

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Arara

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Kararaô

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Koatinemo

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Kuruaya

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Paquiçamba

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Trincheira Bacajá

	2015
Nome da categoria	

Terra Indígena Xipaya

	2015
Nome da categoria	

Terras Indígenas no Brasil

	2015
Nome da categoria	

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Fortalecimento Institucional

Indicador: Fortalecimento Institucional da Funai

Cobertura: Terras Indígenas no Brasil, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: articulação institucional, TI Apyterewa, TI Arara, Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (AII), Área indígena Ituna-itatá, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, Área Indígena Juruna do km 17, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica ilustra a previsão orçamentaria anual para ações de proteção territorial.

Como coletar:

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Licenciamento, CGLIC))

Justificativa:

A disponibilidade orçamentaria influi diretamente na capacidade da instituição manter as estruturas e ações voltadas à proteção territorial. É importante portanto acompanhar a previsão orçamentaria vinculada a subsidiar a implementação do plano de proteção territorial

Desmatamento por Terra Indígena

Incremento do desmatamento por TI, em km²

Loading...

Desmatamento por Terra Indígena

Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Terra Indígena Apyterewa

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	18,59	26,73	5,9	114,96	138,81	72,92	70,41	41,98	40,86	31,45	15,26	6,11	0,77	1,63	5,18

Terra Indígena Arara

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0	3,86	0	10,01	0,49	1,83	0,32	2,79	1,42	0,7	2,47	0,68	1,19	0,36	0,07

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0,35	0,18	0,15	1,29	1,01	1,68	0,86	2,67	0	0	0,74	5,9	3,3	0	0,17

Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	15,36	1,22	0	1,95	1,21	0,01	0,97	0	2,67	1,41	4,5	1,24	0,15	0,84	0,41

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	14,87	7,65	6,42	49,33	27,89	35,43	17,42	45,18	44,87	20,05	23,95	19,42	14,51	16,22	6,09

Terra Indígena Kararaô

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0	0	0	0	0,06	0	0	0,08	0	0	0	0	0	0	0

Terra Indígena Koatinemo

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0,03	0	0	1,82	0	0	0	0	0	0	0,1	0,02	0	0	0

Terra Indígena Kuruaya

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0,07	0,11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0

Terra Indígena Paquiçamba

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0,03	0	0,06	0	0	0	0	0	0	0,09	0	0	0	0,02	0

Terra Indígena Trincheira Bacajá

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	31,26	6,34	0,03	15,27	7,49	12,73	6,19	4,44	8,68	4,6	4,14	4,5	1,49	1,96	1,03

Terra Indígena Xipaya

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incremento do desmatamento por TI, em km ²	0,06	0	0	0,15	0,11	0	0	0	0	0	0,13	0	0	0	0

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Pressões sobre as Tis

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Xipaya e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Fontes: Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES) - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE)

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, Área indígena Ituna-itatá, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica descreve o incremento anual de desmatamento em km² por Terra Indígena

Como coletar:

No site do Projeto Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) (<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>), clicar em [Dados por Unidade de Conservação]. Selecionar [Tipo: Terra Indígena] e [Estado/Região: PA]. Clicar em [Lista]. Buscar Terras Indígenas desejadas.

Justificativa:

Entre as Terras Indígenas da Área de Influência de Belo Monte há algumas das mais desmatadas do país, como Terra Indígena Apyterewa e Terra Indígena Cachoeira Seca. A dinâmica prevista no Estudo de Impacto Ambiental e Parecer 21 da Funai apontam a um acirramento do desmatamento. É importante acompanhar os índices de desmatamento para acompanhar a evolução dessa dinâmica de pressão sobre as Terras Indígenas, bem como a efetividade das medidas de mitigação, especialmente o Plano de Proteção Territorial

Numero de focos de calor por Terra Indígena

Focos de calor

Loading...

Numero de focos de calor por Terra Indígena

Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

	2013	2014
Focos de calor	2	11

Terra Indígena Apyterewa

	2013	2014
Focos de calor	43	506

Terra Indígena Arara

	2013	2014
Focos de calor	3	22

Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu

	2013	2014
Focos de calor	9	11

Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna

	2013	2014
Focos de calor	6	26

Terra Indígena Cachoeira Seca

	2013	2014
Focos de calor	70	480

Terra Indígena Kararaô

	2013	2014
Focos de calor	5	4

Terra Indígena Koatinemo

	2013	2014
Focos de calor	12	17

Terra Indígena Kuruaya

	2013	2014
Focos de calor	2	5

Terra Indígena Paquiçamba

	2013	2014
Focos de calor	6	6

Terra Indígena Trincheira Bacajá

	2013	2014
Focos de calor	13	25

Terra Indígena Xipaya

	2013	2014
Focos de calor	6	11

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Pressões sobre as Tis

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Xipaya e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, Área indígena Ituna-itatá, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

A métrica descreve o número de focos de calor por Terra Indígena e faixa de proteção territorial, em diferentes anos

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial Indígena]. (7) Entrar na pasta de número [8.2] - Projeto de Monitoramento Territorial]. (8) Atualizações anuais dos dados de focos de calor por Terra Indígena e faixa de proteção ambiental.

Justificativa:

Os focos de calor nas terras indígenas e na faixa de proteção etnoambiental são importantes indicadores do tipo de atividades humanas presentes na região, da degradação ambiental e da pressão sobre as Terras Indígenas. É importante monitorar os focos de calor dentro e no entorno das terras Indígenas para conhecer e responder mais adequadamente aos desafios da sua proteção.

Desmatamento no entorno das Tis

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Pressões sobre as Tis

Indicador: Desmatamento

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área indígena Ituna-itatá e Área Indígena Juruna do km 17

Descrição:

A métrica ilustra a área e porcentagens anuais de desmatamento acumulado na faixa de proteção ambiental das Tis

Como coletar:

Dados foram coletados nos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes (Norte Energia). Na página do IBAMA (www.ibama.gov.br/licenciamento), (1) clicar em [EIA - Relatórios - Monitoramentos Disponíveis]. (2) Entrar em [Hidrelétricas]. (3) Entrar em [Belo Monte]. (4) Entrar em [Relatórios Semestrais]. (5) Selecionar relatório PBA-CI de interesse. (6) Entrar em [Capítulo 8 - Programa de Gestão Territorial Indígena]. (7) Entrar na pasta de número [8.2] - Projeto de Monitoramento Territorial]. (8) Procurar atualizações dos dados monitoramento do uso e ocupação do solo.

Justificativa:

O desmatamento no entorno das Tis ilustra diretamente a dinâmica da ocupação e atividades humanas no entorno das Terras Indígenas que representam os vetores de pressão mais imediatos nos limites destas Áreas Protegidas. É importante acompanhar a dinâmica do desmatamento no entorno das Tis para focalizar melhor as ações de prevenção, informação e controle vinculadas à proteção das terras indígenas, e do ordenamento territorial do entorno.

Percepção indígena sobre invasões em seus territórios, por tipo

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Pressões sobre as Tis

Indicador: Ameaças

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área indígena Ituna-itatá, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

Descrição:

A métrica traz uma descrição dos registros de percepções indígenas sobre ameaças e invasões aos seus territórios

Como coletar:

Coletar a partir da sistematização de registros existentes sobre percepções indígenas e ameaças no contexto das reuniões do CGI, subcomitês, Comitê Gestor da Funai, Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial (Programa PGTerra Indígena do PBA-CI), pareceres da Funai, denúncias perante o Ministério Público Federal. Recomenda-se o desenho de metodologias específicas para coleta destas informações em oficinas com os indígenas, seja no âmbito dos subcomitês, como de espaços de formação. Acompanhar a percepção de ameaças com relação a criação dos planos de gestão territorial por TI

Justificativa:

Conforme o Plano Plurianual 2012-2015 da Funai "Além das dificuldades para promover a expulsão de ocupantes não-indígenas, a falta de ações contínuas de fiscalização e monitoramento territorial permite a invasão sistemática das terras indígenas por madeireiros, garimpeiros, grileiros e outros, restringindo a plena ocupação e gestão territorial indígena, e tornando as terras indígenas focos potenciais de conflitos fundiários, de degradação ambiental e de práticas de ilícitos." É importante acompanhar a percepção indígena sobre as ameaças territoriais, à gestão indígena do território, além de conflitos fundiários e ilícitos.

Denúncias sobre as pressões nas Tis

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Pressões sobre as Tis

Indicador: Ameaças

Cobertura: Faixa de Segurança Etnoambiental FSEA, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, Al Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipayá e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve os registros de denúncias de ameaças às Tis

Como coletar:

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT)); Pesquisar registros de denúncias no Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Ibama e Polícia Federal.

Justificativa:

É importante acompanhar como se dá o processo de denúncia das pressões sobre as Tis e os encaminhamentos que geram ditas denúncias.

Expedições indígenas de vigilância e controle territorial

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Proteção das Tis

Indicador: Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Arawete Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipaya, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriiri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, TI Xipaya, Área Indígena Juruna do km 17, Área indígena Ituna-itata e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve e ressalta a avaliação das expedições de vigilância indígenas por TI

Como coletar:

Entrar em contato com Funai (Altamira, Brasília, Diretoria de Proteção Territorial (DPT)) lideranças indígenas e subcomitês.

Justificativa:

As expedições indígenas pelos seus territórios podem estar vinculadas com as estratégias de proteção no PPTI, especialmente as de tipo preventivo. É importante acompanhar como se dá a organização, frequência e vínculo com o restante dos componentes do Plano de Proteção Territorial

Percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial

Não há dados disponíveis.

Tema: Proteção Territorial Indígena

Subtema: Proteção das Tis

Indicador: Fortalecimento político e organizacional dos indígenas para proteção das Tis

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Xipayá, Terra Indígena Kuruaya, AI Juruna do km 17 e Área de Restrição de Uso Ituna-Itata

Palavras-chave: participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriiri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá, Área indígena Ituna-itatá, Área Indígena Juruna do km 17 e questões indígenas

Descrição:

A métrica descreve a percepção sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial a partir de vários tipos de registros.

Como coletar:

Coletar a partir da sistematização de registros existentes sobre percepções indígenas e ameaças no contexto das reuniões do CGI, subcomitês, Comitê Gestor da Funai, Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial (Programa PGTerra Indígena do PBA-CI), pareceres da Funai, e avaliações junto ao programa GATerra Indígena da Funai e TNC. Recomenda-se o desenho de metodologias específicas para coleta destas informações em oficinas com os indígenas, seja no âmbito dos subcomitês, como de espaços de formação sobre gestão territorial.

Justificativa:

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. No caso específico das Terras Indígenas na área de influência da UHE Belo Monte, o avanço dos processos de planejamento e gestão ambiental das TIs tem o potencial de complementar os esforços de proteção territorial e fortalecer a capacidade de responder às transformações regionais. Atingir esses objetivos requer de um esforço contínuo de formação e fortalecimento organizacional. É importante acompanhar a percepção indígena sobre a apropriação de instrumentos de gestão e controle territorial para monitorar a satisfação e efetividade com que os povos indígenas adotam um protagonismo qualificado na gestão e proteção dos seus territórios.

Número de profissionais capacitados, por ano, por categoria

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Recursos humanos

Indicador: Capacitação dos profissionais do DSEI

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta o número de profissionais do Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira capacitados, por categoria

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

Um dos grandes gargalos e também questão chave para um bom atendimento de saúde aos povos indígenas está na disponibilização de profissionais qualificados nas diversas áreas da saúde. É importante monitorar não apenas a sua contratação mas também sua capacitação continuada

Proporção de aldeias com destino adequado de rejeitos

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saneamento

Indicador: Saneamento básico

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Paquiçamba, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção de aldeias indígenas com esgotamento sanitário na área de influência da UHE Belo Monte

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

O esgotamento sanitário adequado nas aldeias tem efeitos diretos de prevenção a doenças diarreicas, muito comuns no contexto das Terras Indígenas da região do Médio Xingu

Proporção de aldeias com sistemas de abastecimento de água

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saneamento

Indicador: Saneamento básico

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção de aldeias indígenas com sistemas de abastecimento de água operante na área de influência da UHE Belo Monte

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

O acesso à água de qualidade nas aldeias tem efeitos diretos de prevenção a doenças diarreicas, muito comuns no contexto das Terras Indígenas da região do Médio Xingu

Proporção de aldeias com destino adequado de resíduos sólidos

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saneamento

Indicador: Saneamento básico

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção de aldeias indígenas com destinação adequada dos resíduos sólidos na área de influência da UHE Belo Monte

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A destinação adequada de resíduos sólidos é fundamental para a prevenção de doenças. Com o aumento no consumo de bens industrializados, a questão tem se tornado importante no contexto das Terras Indígenas afetadas pela UHE Belo Monte

Prevalência de consumo prejudicial de álcool

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Doenças e fatores de risco

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a prevalência de consumo prejudicial de álcool nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

O aumento no consumo prejudicial de álcool é um dos impactos previstos nos Estudos de Impacto Ambiental - Componente Indígena da UHE Belo Monte

Taxa de prevalência de déficit nutricional em crianças menores de 5 anos

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Doenças e fatores de risco

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a taxa de prevalência de déficit nutricional em crianças menores de 5 anos, por povo indígena, nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica permite acompanhar a evolução dos números de desnutrição infantil nas aldeias indígenas afetadas pela UHE Belo Monte

Incidência de diabetes, hipertensão

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Doenças e fatores de risco

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a incidência de diabetes e hipertensão nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

Os Estudos de Impacto Ambiental - Componente Indígena da UHE Belo Monte identificaram o aumento na incidência de diabetes e hipertensão como um impacto possível da construção da usina

Índice de CPOD (Dentes cariados, perdidos e obturados)

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Doenças e fatores de risco

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta o índice de CPOD (Dentes cariados, perdidos e obturados) nas Terras Indígenas atendidas pelo DSEI Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira oferece serviço de odontologia aos indígenas. O índice de CPOD é o principal indicador a ser monitorado no caso da saúde bucal

Taxa de mortalidade infantil e número de casos por causa mortis

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Mortalidade e expectativa de vida

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta-se a taxa de mortalidade infantil e número de casos por causa mortis nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais importantes para avaliação da qualidade do atendimento à saúde. Aqui apresenta-se também o número de casos por causa mortis, a fim de que se possa avaliar as principais causas e planejar ações

Taxa de mortalidade materna

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Mortalidade e expectativa de vida

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a taxa de mortalidade materna na região atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A taxa de mortalidade materna é um dos indicadores mais importantes para avaliação da qualidade do atendimento à saúde, permitindo identificar problemas na gestação e parto

Proporção de óbitos por causas mal definidas

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Mortalidade e expectativa de vida

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, Área indígena Ituna-itatá, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção de óbitos por causas mal definidas em relação ao número total de óbitos

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica indica sobre a qualidade dos dados sobre causas de morte: quanto menor a proporção de causas mal definidas, melhores são os dados. Isso permite avaliar indiretamente o acesso e a disponibilidade do serviço de saúde

Taxa de mortalidade proporcional por causa

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Mortalidade e expectativa de vida

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção das principais causas de morte na soma geral de óbitos nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica permite identificar as principais causas de morte nas Terras Indígenas

Proporção de indivíduos maiores de 60 anos

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Saúde da População Indígena

Indicador: Mortalidade e expectativa de vida

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta a proporção, por povo indígena na área de influência da UHE Belo Monte, de indivíduos maiores de 60 anos

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica permite acompanhar o envelhecimento da população, em contextos nos quais não há dados geracionais suficientes para o cálculo do indicador de expectativa de vida, como é o caso das Terras Indígenas

Número de remoções para tratamento de saúde em Altamira

Não há dados disponíveis.

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Qualidade do Atendimento

Indicador: Resolutividade do atendimento nas aldeias

Cobertura: Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Trincheira-Bacajá e Terra Indígena Xipaya

Palavras-chave: questões indígenas, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipaya

Descrição:

Apresenta o número de remoções para tratamento de saúde na cidade dos indígenas nas Terras Indígenas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira

Como coletar:

Entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - Ministério da Saúde, e DSEI Altamira.

Justificativa:

A métrica visa acompanhar mudanças no número de remoções dos indígenas para tratamento de saúde em Altamira. Permite avaliar indiretamente a qualidade do atendimento nas aldeias: a diminuição no número de remoções aliada a melhorias em outros indicadores é sinal de que o atendimento próximo ao local de morada dos indígenas tem qualidade melhorada

Caracterização dos espaços de participação na reorganização do serviço e construção de equipamentos de saúde indígena

Espaço de participação	Situação em setembro de 2015
Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI)	<p>O CONDISI é um conselho paritário, com participação de representantes de todas as aldeias atendidas pelo DSEI/Altamira (titular e suplente). Os conselheiros têm acompanhado continuamente as ações de mitigação e compensação da UHE Belo Monte referentes à saúde indígena.</p> <p>Em sua Resolução nº21/2014, o CONDISI discute as medidas do PBA-CI e resolve sobre novo modelo de atendimento e na Resolução nº. 31/2015 consta a recomendação pela não emissão da Licença de Operação por falta de cumprimento da Resolução anterior e do PBA-CI.</p>
Comitê Gestor Indígena do PBA-CI (CGI)	<p>O CGI é um espaço com representação dos povos indígenas situados na área de influência da UHE Belo Monte, da Funai e da Norte Energia. Foi criado por demanda do Parecer nº21/2009 da Funai. O comitê acompanha todas as ações do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena, inclusive o Programa Integrado de Saúde Indígena. Foram 9 reuniões desde sua criação.</p>

Tema: Saúde Indígena

Subtema: Controle Social

Indicador: Participação social na reorganização do serviço e construção de equipamentos de saúde indígena

Cobertura: Terra Indígena Paquiçamba, Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Terra Indígena Trincheira Bacajá, Terra Indígena Cachoeira Seca, Terra Indígena Apyterewa, Terra Indígena Arara, Terra Indígena Koatinemo, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Kararaô, Terra Indígena Kuruaya, Terra Indígena Arara VGX, Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, Terra Indígena Trincheira-Bacajá, Terras indígenas na área de influência da UHE Belo Monte e Terra Indígena Xipayá

Fontes: Parecer nº 21/2009 (FUNAI), 3º Relatório Consolidado Semestral do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (Norte Energia) e Resolução nº 21/2014 – CONDISI

Palavras-chave: questões indígenas, participação social, TI Apyterewa, TI Arara, TI Arara da Volta Grande, TI Araweté Igarapé Ipixuna, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kararaô, TI Koatinemo, TI Kuruaya, TI Paquiçamba, TI Trincheira Bacajá e TI Xipayá

Descrição:

Apresenta uma caracterização dos espaços de participação social na região de Altamira que tenham relação com a reorganização do serviço de atendimento e construção de equipamentos de saúde indígena

Observações:

Ver também Matriz de Indicadores do Comitê Gestor Indígena do PBA-CI, projeto Indicadores de Belo Monte.

Como coletar:

Dados foram coletados a partir da leitura de documentos citados como fontes de informação.

Justificativa:

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelece a necessidade de funcionamento de uma instância de controle social em cada Distrito Sanitário Especial Indígena: os Conselhos Distritais de Saúde Indígena. Além de indicar a relação do Condisi Altamira com a condicionante de reestruturação do atendimento à saúde, esta métrica também mapeia outros espaços de participação social que abordam este tema.